

Aprovada em
26 votos a favor e
7 abstenções.



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 18/13-17

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2016/06/09

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, no Edifício do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Flamiano Gonçalves Martins, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Manuel Carlos Falcão Gonçalves, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Pedro Ramalhosa.
- Rui Miguel Rio Tinto Lages, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Ana Cordeiro.
- Paulo Nuno Loureiro Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído por Manuel Alves Roteia.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Tomada de posição sobre o estudo de “Avaliação da rede de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação” do qual resulta a não atribuição de turmas do 7º e do 10º ano para os próximos anos letivos à Ancorensis Cooperativa de Ensino com a consequente influência decisiva da viabilidade e futuro funcionamento desta Escola.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A **Senhora Teresa Carvalho**, em representação da Associação de Pais das Escolas do Vale do Âncora, AEPAV saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“A Associação de Pais das Escolas do Vale do Âncora, APEVA, vem por este meio apelar a vossa estreita atenção em face da recente análise da rede de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, onde se propõe o fim do financiamento às turmas em início de ciclo, ou seja, do 7º e do 10º ano na Ancorensis, Cooperativa de Ensino.

Esta medida é altamente penalizadora, uma vez que contribui para o afunilamento do Vale do Âncora, o qual será transversal não só a toda a comunidade educativa e, consequentemente, aos nossos filhos que aí vivem e estudam, bem como terá repercussões socioeconómicas irreversíveis e desestruturantes.



Assembleia Municipal de Caminha

Decorrente deste contexto, altamente injusto, irá gerar-se mais desemprego, mais emigração, mais insolvências quer empresariais, quer institucionais, uma vez que existem uma série de atividades extracurriculares em que os nossos filhos estão envolvidos.

A APEVA mostra-se altamente consternada com o futuro dos nossos filhos, uma vez que esta decisão foi tomada no final do ano letivo, perturbando o clima, que se quer de tranquilidade, para a realização dos exames nacionais.

Enquanto representantes dos encarregados de educação e dos alunos do 1º ciclo, estamos preocupados com a convivência saudável de crianças de 6 anos ao lado de adolescentes de 15 anos.

Enquanto representantes dos encarregados de educação e dos alunos do 3º ciclo, foi afirmado por entidades responsáveis pelo agrupamento que a EB1 de Vila Praia de Âncora tem capacidade para 12 turmas e na verdade apenas têm 5 salas disponíveis.

Enquanto representantes dos encarregados de educação e dos alunos do Ensino Secundário estamos preocupados com o final do Ensino Secundário no Vale do Âncora.

Por que razão é que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente da Câmara de Caminha não mostram preocupação pelo facto de o ensino secundário terminar em Vila Praia de Âncora e publicamente só mostram preocupação se o ensino secundário vai para Caminha ou para Viana? É ainda lamentável que o Senhor Vereador da Educação nunca tenha aparecido publicamente a defender a continuação do ensino secundário em

Vila Praia de Âncora, não expressando nunca a sua opinião relativamente a este assunto.

A APEVA também lamenta profundamente a falta de diálogo e de concertação das instituições públicas e privadas. Afinal supostamente ambas deveriam contribuir para a educação e formação académica dos nossos filhos.

A APEVA alerta para os gastos extra que se irão despende, tais como: o transporte dos alunos, o qual deve ser contabilizado não a partir de Vila Praia de



Assembleia Municipal de Caminha

Âncora, mas das casas onde vivem os nossos meninos; as indemnizações com os funcionários, entre tantos outros.

Mais acrescenta que há aspetos preocupantes a ser profundamente analisados, tais como:

- Com base no Decreto-lei 2/2011 de 9 de fevereiro, as situações do amianto nas duas escolas públicas do Concelho de Caminha não estão resolvidas.
- Como irão garantir a segurança e a vigilância dos nossos filhos?
- Qual a viabilidade física do agrupamento para receber os cerca de 470 novos alunos no próximo ano letivo, caso a Ancorensis feche?
- Como irão garantir as atividades extracurriculares?
- Com que dinheiro irão reabilitar salas vazias da escola pública e transformá-las em laboratórios?
- Como irá ser a convivência dos meninos de 6 anos com os de 14, 15 e 16 anos, se neste momento existem situações camufladas pelo agrupamento?

Estas são algumas das preocupações que a APEVA, representante dos pais e alunos do Vale do Âncora e da Ancorensis, gostaria de ver resolvido no sentido de proporcionar a toda a comunidade escolar um clima de tranquilidade e de resolução das preocupações aqui expressas, as quais têm interferido negativamente no seio de todas as famílias relativamente ao futuro próximo dos seus educandos.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que ao Senhor Presidente da Mesa que o art.º 24 diz que cabe "Ao presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes, não podendo, o conjunto das intervenções exceder os 30 minutos", e não há duvida que está a cumprir o Regimento e também não há duvida que aquando da preparação deste Regimento, houve a duvida entre o não podendo e o não devendo e nesse



Assembleia Municipal de Caminha

momento foi escolhido o não podendo porque este era mais elástico do que o não devendo entre o poder e o dever e hoje está-se a realizar uma Assembleia Municipal extraordinária a historiar não só o que se passa em Vila Praia de Âncora, mas numa instituição de ensino, e neste momento está-se a fazer história em Vila Praia De Âncora, portanto, sendo o Senhor Presidente um democrata, sendo um defensor da liberdade, da liberdade de expressão, da palavra, da democracia vá poder quartar cingindo-se ao regimento e não deixar que todos aqueles que tem a dizer alguma coisa sobre este assunto quartá-los só da sua palavra e das suas expressões e fiquem apenas com dois minutos e meio para dizer aquilo que lhes vai na alma, e muitas das vezes aquilo que lhes vai na alma são muitos anos o que se torna muito difícil de transmitir em apenas dois minutos e meio. Disse ainda o Senhor Deputado que não pode deixar de referir uma moção apresentada na Assembleia Municipal de 22 de abril, moção apresentada pela CDU sobre o 25 de Abril e o 1.º de Maio, a qual foi aprovada por unanimidade e todos aprovaram entre outros valores que “os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são a base para uma política que sirva Portugal e os portugueses”, logo, é com base nestes pressupostos que o Senhor Deputado Rui Taxa pede ao Senhor Presidente que permita que todos os inscritos nesta Assembleia Municipal extraordinária tenham o tempo necessário para que possam calmamente e civicamente apresentar aquilo que tem para transmitir, e até mesmo pensa o Senhor Deputado que toda a Assembleia não vai deixar de apoiar aquilo que ali está a solicitar.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que se iram manter os dois minutos e meio como já o tinha referido para cada intervenção.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez interpelação à mesa e disse que a interpelação tem prevalência sobre qualquer outra figura regimental, pelo que o tem que deixar falar.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que o Regimento foi aprovado e discutido por unanimidade, pelo que não lhe dá o uso da palavra.

A **Aluna Mafalda Ferreira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Enquanto aluna do 11.º ano da escola Ancorensis, Cooperativa de Ensino, ou colégio de meninos ricos, como muitos ignorantes gostam de apelidar, gostaria de manifestar a minha indignação e preocupação com a situação que a minha escola está a enfrentar, numa altura de bastante stress devido à época escolar em que nos encontramos, o final do ano-letivo e época de exames nacionais.

Na assembleia municipal da passada sexta-feira, o Senhor Presidente criticou e classificou de precipitado o comunicado apresentado pela APEVA. Gostava então que me esclarecesse como é que os cortes no financiamento da Ancorensis não implicarão uma "morte da escola". Perdendo no mínimo seis turmas, como será possível assegurar uma viabilidade económica que mantenha a Ancorensis.

A questão, é que este ano são seis turmas, para o ano outras tantas se perderão. Em dois anos, a escola que sempre serviu o povo Ancorense, que sempre albergou o 3.º ciclo e o ensino secundário, não só desta vila, mas de outras freguesias, a primeira escola do vale do Âncora a dar uma resposta de excelência à falta de instituições educativas que se fazia sentir, irá efetivamente morrer. Os trabalhadores efetivos desta escola perderão o seu emprego. Indeminizações terão que ser pagas. As famílias irão gastar mais dinheiro a transportar os filhos para outras escolas. O que será de todos os centros de atividades extracurriculares, de todo o mercado local, cafés, polos desportivos que surgem em redor desta escola. Senhor Presidente, serei a única a ver as consequências nefastas que esta decisão trará para o nosso concelho. Só pessoas com um espírito e uma mentalidade retrógrada é que concebem que uma área geográfica como o Vale do Âncora não tenha o ensino secundário como oferta educativa. Visto isto, outra questão que me



Assembleia Municipal de Caminha

incomoda é toda a logística do Agrupamento. É sabido que este não tem capacidade para acolher todos estes alunos. Estaremos perante uma situação em que os alunos terão aulas em contentores, enquanto se fazem obras de aumento da escola de Caminha? Ou mais irónico ainda, o estado irá alugar as instalações da atual escola Ancorensis, aquela à qual declarou morte?

Peço-lhe, Senhor Presidente, que não me venha com falinhas mansas, porque garanto-lhe que as suas ações estão a gerar bastante controvérsia. Por um lado, defende a Ancorensis, mostra ter noção de como grande parte da atividade do concelho de Caminha depende desta escola. Mas, ao invés, mostra grandes planos em comprar novos autocarros para a escola de Caminha, fazer laboratórios para a escola básica de Vila Praia de Âncora, a tal que apenas está "separada por uma passadeira" de uma escola com excelentes condições. Como pretende criar confiança e esperança nas suas palavras, quando tudo o que diz não aparece refletido no que faz.

Na passada sexta-feira, referiu também que tinha em mente algumas ações para "salvar" a Ancorensis, nomeadamente, a implementação de cursos de formação para adultos. Como considera sustentável a manutenção de uma escola com este tipo de atividades, que já tentaram ser implementadas múltiplas vezes, mas que nunca foram fruto de um notável sucesso.

Resumindo, como podemos evitar esta degradação do concelho de Caminha, mais concretamente, do Vale do Âncora? Ou deveria dizer renovação do concelho de Viana do Castelo? Posso-lhe dizer que a minha turma de 11.º ano, é das maiores da escola, se não a maior!"

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez interpelação à mesa e disse que a tomada de posição do Senhor Presidente o obriga a interpor ali um recurso e ir ao art.º31 do regimento que diz "Qualquer membro da assembleia pode recorrer para o plenário de decisões do presidente da mesa" e é isso que o Senhor Deputado faz, portanto, a decisão está no plenário e será este que irá decidir se aquelas pessoas que se inscreveram no período do público para falar se tem apenas dois minutos e meio



Assembleia Municipal de Caminha

ou se podem tem mais um pouco de tempo para poderem concluir as suas intervenções.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez interpelação à mesa, saudou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e todos aqueles que os acompanham a partir das suas casas e disse que não compreende a pergunta do PSD porque esta já foi respondida pelo Senhor Presidente da Assembleia com a qual está de acordo, portanto, com o cumprimento integral daquilo que está no regimento, ou seja, a divisão dos trinta minutos pelos participantes o que dará os dois minutos e meio. Disse ainda o Senhor Deputado que também tem uma outra questão, e pergunta, se é para cumprir integralmente o regimento, então deve prevalecer de facto a figura regimental de interpelação da mesa sempre e não apenas às vezes e nesse capítulo permita o Senhor Presidente que quando o Senhor Deputado Rui Taxa pediu a interpelação à mesa que esta deveria ter sido aceite.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez um pedido de esclarecimento, saudou todos os presentes e disse nesta Assembleia o uso da palavra é do Senhor Presidente e este deve colocar a discursão aquilo que entende. Disse a Senhora Deputada que todos estão com o constrangimento de que possam ler as intervenções até ao final por causa do tempo, mas não estão preocupados com o tempo que se está a perder com esta discursão, e isso é chocante, porque aqueles que se dizem defensores da liberdade, da democracia, da transparência, e isto não se trata de uma Assembleia ordinária, esta é uma Assembleia extraordinária com um assunto específico e de grande interesse, e aquilo que o Senhor Deputado foi ali dizer é que independentemente do Regimento e que todos sabem que foi aprovado por unanimidade, que aquilo que se pedia em nome da liberdade, da democracia, da transparência que as pessoas pudessem usar da palavra e lerem as suas intervenções e não são os Senhores Deputados são as pessoas do público que



Assembleia Municipal de Caminha

aqui estão interessadas no assunto da Ancorensis, e aquilo que se acaba ali de assistir é verdadeiramente chocante, para a liberdade e para a democracia

O **Senhor Presidente da Mesa**, colocou a votação para que os Senhores Deputados se pronunciassem se estão de acordo ou não com os dois minutos e meio alargadas, ou seja, contra a decisão da mesa.

Após votação a decisão da mesa prevaleceu.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez declaração de voto e disse que votaram favoravelmente porque ainda acreditam na democracia, na liberdade de expressão e ainda acreditam em Vila Praia de Âncora.

O **Professor Rui Costa**, saudou todos os presentes e disse que:

“Normalmente os professores (e os alunos também), sentem um grande alívio quando chega a última semana de aulas. Há sempre um sentimento de felicidade e alívio em todos;

Mas esta semana foi muito dura, pois, para além de todo o stress de fim de ano, tive de me conscientizar que hoje eu poderia estar a dar o meu último dia de aulas nesta escola que eu vi crescer;

Na escola onde eu também cresci e em que eu fiz praticamente toda a minha carreira e construí o meu currículo profissional;

Sempre tive uma grande apetência e capacidade criativa para desenvolver projetos, ideias, atividades extracurriculares, atividades científicas, desportivas.

Durante todos estes anos de trabalho coordenei e dinamizei projetos tão variados como “Rede de Escolas EXPO98”, “Jovens Repórteres para o Ambiente”, “Programa Coast Watch Portugal” Todos eles relacionados com o meio ambiente, a Serra d'Arga, o mar, o mergulho em apneia;

Coordenei vários projetos do Programa Ciência Viva financiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia Clube de Astronomia, Clube Ciências do Ambiente, Laboratório de Biologia Marinha Projeto Solar Padre Himalaya - Desenvolvimento e



Assembleia Municipal de Caminha

competição de modelos de carros e barcos solares. Fomos a primeira escola Europeia a participar com uma equipa de estudantes numa corrida de carros solares na Universidade Nova Gales do Sul em Sydney na Austrália em 2006;

Coordenei vários projetos científicos financiados pela fundação Oídio Pinho, Ganhamos projetos organizados pela Soc. Europeia de Genética Humana. (1 de apenas 4 escolas em Portugal);

Fui também durante vários anos técnico de Esgrima de Desporto Escolar e Desporto Federado e conseguimos conquistar o título dos campeões nacionais de espada por equipa de 2005.

Além deste título vi muitos outros serem conquistados por equipas da Ancorensis coordenadas pelos meus colegas Andebol, Natação, Voleibol, Basquetebol, Ginástica, Orientação, Atletismo;

Formamos dezenas de alunos Portugueses e de Cabo Verde nas áreas de Turismo, Energias Renováveis, Processamento de alimentos, Mecânica, Informática;

É uma história extremamente rica e da qual eu me orgulho de ter feito parte. Mas recentemente fomos confrontados com aquela desastrosa notícia divulgada apenas nos meios de comunicação, de que a Ancorensis poderia estar condenada a nem sequer abrir portas a partir de setembro.

De repente, por meio de um despacho, decide-se fechar uma escola, com base num estudo cheio de falhas e com dados falsos. Eu simplesmente não acredito que o agrupamento de Caminha tenha realmente condições para dar aos alunos aquilo que a Ancorensis disponibilizou ao longo destes anos todos.

Hoje os meus alunos de direção de turma do 8º ano fizeram uma reunião de despedida e eu aproveitei para lhes perguntar sobre onde acham que irão estudar se a Ancorensis tiver mesmo de fechar as portas e entregar as chaves;

Cerca de 2/3 dos alunos disseram-me que pretendem ir para Viana. Os pais dos alunos de 3º ciclo também têm como transferi-los facilmente para Viana. Muito menos aos alunos do secundário, que irão certamente rumar para Viana e não para



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha. A tendência será sempre rumar a sul e nunca a norte. Quem vai perder somos todos nós.

Nessa mesma notícia veiculada pela televisão, assistimos a uma repórter, muito mal informada sobre a realidade desta vila, que fez questão de medir com os próprios pés a distância que nos separa da escola pública mais próxima.

8 Passos;

A nossa Ancorensis até pode estar localizada a meia dúzia de passos da escola pública mais próxima;

Até fomos apelidados de escola zero km, como se nós fôssemos um carro que acabou de sair do stand.

Mas meus amigos não tenham dúvidas que a nossa Ancorensis está a milhas de distância de todas as outras escolas.

O **Senhor João Taxa Araújo**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

"Eu fui um dos milhares de alunos que passaram pela Ancorensis. Estive lá em 1996 a 1998, numa altura que a Ancorensis era uma das melhores escolas do distrito, com excelentes professores e dando uma educação de referência. Esta unidade escolar sempre se pautou por um ensino de qualidade. A Ancorensis esteve sempre ao serviço da educação, cultura e desporto, esteve aberta sempre à comunidade ancorense, ao seu vale do Âncora e arredores.

No desporto escolar e no desporto federado, a Ancorensis era temida, porque era quase uma certeza que jogo onde entrasse era para ganhar.

A Ancorensis representou e levou o nome de Vila Praia de Âncora e o concelho, em diversas participações a nível nacional e internacional.

Todos nós, alunos, tínhamos orgulho em ser da Ancorensis.

Porque isso representava uma dedicação por parte dos nossos professores, que faziam os impossíveis para nos preparar para a vida futura.



Assembleia Municipal de Caminha

Foram os melhores anos da minha vida, sentia que tudo girava à volta da Ancorensis. Pressentia que era e é o motor do desenvolvimento da minha terra, como foi durante muito tempo.

Quis o destino que anos mais tarde voltasse à Ancorensis. Não como aluno, mas como professor. Estou a dar aulas de Educação Visual, 6 horas semanais, que não me contam para a reforma, mas que servem para que me sinta ocupado e útil, enquanto não trabalho a sério na minha área.

Hoje, sinto-me triste! Nunca pensei que um dia estaria aqui a ler-vos este texto.

E estou triste por variadíssimas razões. Estou triste porque nunca pensei que a Ancorensis iria acabar desta maneira. Estou triste porque muitos que deveriam estar aqui a lutar pela sobrevivência e continuação da Ancorensis, por medo, por vergonha, por interesses pessoais, por interesses políticos, por falta de princípios, estão em casa, no sofá, a assistir a este momento pela internet.

Estou triste porque gostaria de ter visto a população de Vila Praia de Âncora a lutar com mais alma e coração pela Ancorensis.

Estou triste porque falta aqui muita gente, gente que muito deve e devem à Ancorensis, mas que por comodismo agora lhes vira as costas. Estou triste com a classe política do nosso executivo.

Triste porque não se empenharam o suficiente e necessário para impedir o encerramento da Ancorensis.

Eu sei que é difícil para os socialistas lutarem contra o próprio partido (que é socialista) e, lutar contra o próprio Ministro da Educação (que também é socialista). Eu sei que estão todos a disfarçar, a usar a demagogia, a tentar passar por entre os pingos da chuva, para não serem penalizados nas próximas eleições autárquicas. Mas, o mínimo que se vos exige, é que defendam o concelho de caminha, as suas gentes, as suas instituições, não que defendam o partido socialista.

Esta medida do governo vai provocar desemprego, afeta diretamente pessoal docente e não docente (são aproximadamente 67 postos de trabalho) fora os indiretos; provoca o desaparecimento do ensino secundário em Vila Praia de



Assembleia Municipal de Caminha

Âncora; provoca o desaparecimento de jovens, e impede a fixação destes na vila e no concelho, levando-os para os grandes meios urbanos. Todos os serviços, equipamentos públicos, comércio ficam penalizados com o encerramento da Ancorensis. Vai haver um retrocesso no tempo.

Relembro aos ancorense que com esta medida imposta pelo atual governo de coligação e com a falta de lealdade deste executivo, liderados pelo Dr. Miguel Alves a Ancorensis possivelmente vê o seu fim de ciclo de vida.

Desejo as maiores felicidades a todos os jovens da Ancorensis.”

O **Senhor Vitor Vilas Boas**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Estou aqui hoje na qualidade de ex-aluno, encarregado de educação empresário do Concelho de Caminha e Ancorense.

A minha ligação à Ancorensis começa em 1992 como aluno do ensino secundário. Apesar das suas dignas condições de funcionamento, a Ancorensis nos anos seguintes desencadeou novas ampliações das suas instalações, disponibilizando situações alternativas de enriquecimento e aprendizagem. Estes espaços polivalentes destinados aos alunos, professores e serviços, potenciaram uma escola cada vez mais interventiva, dinâmica e apta a satisfazer as necessidades educativas dos jovens que a frequentavam e a contribuir para uma política de desenvolvimento económico-social articulada com a definição da política local de educação.

Desta forma, a Ancorensis tem contribuído para a democratização do ensino em Vila Praia de Âncora, enquadrando-se nas necessidades formativas e nos objetivos fundamentais de uma escola que assegurou o sucesso educativo dos alunos, a defesa dos interesses sociais e profissionais dos professores e de outros trabalhadores.

A Ancorensis conta atualmente com:



Assembleia Municipal de Caminha

41 Salas de Aula;
1 Laboratório de Química;
5 Laboratórios de Informática;
1 Laboratório de Física;
1 Laboratório de Biologia;
2 salas de Educação Tecnológica;
1 Sala de Expressão Dramática;
Centro de Recursos;
Cantina para 500 Pessoas;
Auditório com 100 lugares

Com o desaparecimento do segundo ciclo e do ensino secundário qual será o destino de todo este equipamento?

Equipamento que foi pago ao longo dos anos pelos contribuintes portugueses.

Mas até aqui estamos a falar de betão ou capacidade instalada.

Passando para o lado comunitário não posso deixar de salientar a cooperação e intervenção que a Ancorensis tem exercido ao longo dos anos e alguns exemplos disto são:

- O Centro de Apoio à Família, criado em outubro de 2002;
- Desenvolveu atividades de promoção e reintegração, no sistema escolar, jovens em abandono escolar e em trabalho ou em risco de trabalho infantil;
- O Projeto "Férias em Movimento", que visa assegurar uma oferta, em articulação com o IPJ;
- Participação na Rede Social do Município de Caminha;
- Participação técnica na Comissão restrita da CPCJR - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha;
- Cooperação com o Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens nas Escolas;
- Apoio às atividades da Associação de Estudantes;
- E teve a coragem e capacidade para gerir a piscina da Sta. Casa de Misericórdia de Caminha, no qual permitiu que todos os alunos e munícipes do concelho de



Assembleia Municipal de Caminha

caminha pudessem praticar natação no nosso concelho, até à abertura das Piscinas Municipais em Vila Praia de Ancora.

A Ancorensis é uma Escola aberta à comunidade cooperando com carácter regular com a generalidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações Culturais, Recreativas e Desportivas e Associações Empresariais, através da cedência gratuita de instalações e/ou equipamentos, acolhimento de estagiários, e, também, da celebração de parcerias e protocolos, de que são exemplo as celebradas com as seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Caminha;
- Câmara Municipal de Viana do Castelo;
- Juntas de Freguesia;
- Orfeão de Vila Praia de Âncora;
- Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora;
- Centro Cultural e Social de Vila Praia de Âncora;
- Santa Casa da Misericórdia de Caminha;
- Casa do Povo de Afife;
- Lions Club de Vila Praia de Âncora;
- APPACDM - Centro de Emprego de Viana do Castelo;

Ainda para relembrar... no âmbito de animação sociocultural local e desportiva, os eventos realizados:

- Festivais Gímnicos durante quase duas décadas;
- Realização da Feira do Livro de Vila Praia de Âncora ao longo de 17 anos, em parceria com a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora;

e

- Active Fest já nos próximos dias 24 e 25 de junho;

Trouxe ao Concelho de Caminha muitas alegrias no Desporto Federado e Escolar nas modalidades de:

- Voleibol;
- Basquetebol;



Assembleia Municipal de Caminha

- Andebol;
- Atletismo Veterano.

O Desaparecimento do ensino secundário vai esvaziar ainda mais a nossa vila de movimento diário, com isto o encerramento de mais comércio local e também de falta de juventude e vida nas nossas ruas.

Vai reduzir a qualidade de vida dos alunos e pais, já que os mesmos terão menos tempo juntos.

Coloca um acréscimo nas despesas familiares com alimentação e transporte.

Ficamos com equipamentos subaproveitados e instalações vazias.

Estamos a mandar embora as gerações futuras.

Porquê sendo Vila Praia de Ancora a maior freguesia do concelho é sempre a mais prejudicada com as decisões políticas?

Por tudo isto e muito mais...a Ancorensis é mais do que uma escola, faz parte de nós e faz falta aos alunos...aos pais...aos professores...ao pessoal não-docente...às instituições...às associações... aos comerciantes...aos empresários...aos Ancorenses...a Vila Praia de Âncora...e ao Município de Caminha.”

A **Senhora Liliana de Sousa Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Divisão, Fratura, Conflito, Intransigência e Instabilidade.

Qualquer um destes adjetivos serviria para descrever o sentimento que se vive em redor dos alunos, dos profissionais de educação e da comunidade, direta ou indiretamente, ligada à Ancorensis. Muito se tem falado ao longo deste tempo de privilégios dos Colégios, muito se tem falado de esquemas e interesses. Contudo, sobre isso tenho a minha opinião pessoal e esta baseia-se naquilo que sei. E o que sei é que, a minha escola sempre cumpriu com as suas obrigações laborais, sempre agiu para com os seus alunos e os seus encarregados de educação, com



Assembleia Municipal de Caminha

grande profissionalismo, seriedade e honestidade. Tínhamos e temos contrato de associação com o Estado Português na prestação de serviço educativo e, nessa matéria, fizemo-lo no quadro legal a que estávamos obrigados e fizemo-lo bem, sem ilegalidades, sem sobreposição de regras e sempre no superior interesse dos alunos. A minha intervenção deve por isso centrar-se neles, nos alunos, protagonistas ignorados nesta enorme "embrulhada". O fim do contrato de associação para as turmas em início de ciclo na Ancorensis, no timing escolhido e com argumentos dificilmente entendíveis, não representa apenas o fim de um ciclo, representa uma estratégia educativa que correu mal antes de acontecer.

Correu mal, sobretudo porque todas as decisões tomadas nunca, em circunstância alguma, tiveram a preocupação de assegurar a estabilidade e as condições de aprendizagem saudáveis, que os alunos da Ancorensis merecem.

Inclusão, Continuidade, Paz, Segurança, Qualidade, Estabilidade

Estes são os adjetivos que se deveriam realçar.

Onde coube a preocupação com os alunos sujeitos a exames nacionais, momento que poderá ditar a conclusão de um ciclo de estudos e/ou a escolha de uma carreira profissional?

Onde coube a preocupação de acautelar um ambiente calmo e sossegado, para minimizar a angústia e o stress dos alunos?

Onde coube a preocupação com os alunos que são de Vila Praia de Âncora, que confiam no trabalho da Ancorensis, que vem a pé para a escola e querem continuar a vir a pé para a escola?

Onde esteve e onde está o respeito, a estratégia educativa, a salvaguarda dos seus superiores interesses?

Onde ficou a preocupação com a segurança dos meus alunos? Não ficou, foi pura e simplesmente ignorada.

Não, não aceito, de modo algum poderei aceitar este desfecho sem lutar, lutar por aquilo que acredito. Sei o que fizemos e o que continuamos a fazer com os alunos da Ancorensis. Não admitirei em momento algum que ponham em causa a excelência do nosso trabalho, a idoneidade da minha equipa de professores e



Assembleia Municipal de Caminha

auxiliares e, sobretudo, que usem os nossos alunos como peças de um jogo, ainda que levianamente nos acusem de sermos nós a fazê-lo.

Os nossos alunos são a Ancorensis e a Ancorensis são os nossos alunos. Temos um projeto educativo dirigido aos nossos 460 alunos e queremos cumpri-lo integralmente e escrupulosamente, até ao fim. Tivemos e podemos ainda ter um papel determinante na área da educação do Vale do Âncora, mas será que podemos continuar a ter Esperança? Há ainda margem para reconhecer erros, para reverter posições, para delinear estratégias, para dialogar? São perguntas que se impõem.

Como professora, como Diretora Pedagógica da escola Ancorensis, sinto-me triste e perplexa com o ataque que esta escola tem sofrido, ao longo destes últimos meses. Cada dia que passa, nesta angustiante e desleal luta, estou mais convencida que os alunos não estão a ser respeitados e ouvidos. Não são esses os valores que lhes transmitimos. Nós, na nossa escola, que é também a nossa casa, ensinamos-lhes a respeitar para serem respeitados e a lutar pelos seus sonhos de forma digna e inteligente. Infelizmente os sonhos, por vezes, não dependem apenas da sua vontade.

Para terminar a minha intervenção, não posso deixar de dizer que a Ancorensis merece mais respeito por todo o seu trajeto no concelho de Caminha. Sempre foi uma instituição preocupada com as necessidades e interesses da comunidade envolvente, quer a nível educativo, quer a nível desportivo, social, cultural e humanitário. A Ancorensis não é uma escola privada, a Ancorensis sempre foi a escola do público, nunca fechou a porta a ninguém, sempre acolheu todos os alunos e construiu com cada um deles, um percurso adequado ao seu perfil, permitindo-lhes alcançar os seus objetivos. A Ancorensis exige respeito.”

José Avelino Meira de Oliveira, na qualidade de Secretário da Direção da Ancorensis Cooperativa de Ensino, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,



Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que:

“Em representação da direção da Ancorensis cumpre-nos saudar e cumprimentar V. Exas e justificar a nossa presença nesta Assembleia Municipal Extraordinária.

Estamos aqui, em primeiro lugar, para agradecer aos legítimos representantes dos Munícipes do Concelho de Caminha a solidariedade e o apoio que manifestaram à Ancorensis e ao seu pessoal docente e não docente, alunos pais e encarregados de educação claramente expressos na Moção aprovada por unanimidade na sessão desta Assembleia de 22 de abril.

Estamos aqui para expressar os nossos agradecimentos ao Município de Caminha na pessoa do seu presidente e aos senhores deputados de todos os partidos o apoio que nos têm prestado por diversas formas nesta conjuntura difícil, aliás visível na participação nas ações de protesto e sensibilização que temos vindo a promover nos últimos tempos.

Creiam V. Exas Senhor Presidente e Senhores deputados que o vosso apoio e solidariedade nos confortam e nos animam a prosseguir os nossos esforços para que continuemos a prestar o serviço público de educação à população do concelho e de modo particular a Vila Praia de Âncora e ao Vaie do Âncora.

Mas a nossa presença aqui e agora, resulta do assunto da ordem de trabalhos que diretamente nos diz respeito, mas que respeita também a toda a comunidade escolar e da urgência que temos em dar resposta às dúvidas e receios com que, em época de matrículas, estamos a ser confrontados, por parte de alunos, encarregados de educação, professores e funcionários.

De facto, viemos aqui para vos dizer a todos, sem exceção, que precisamos do vosso apoio para junto do poder central para conseguirmos reverter a decisão tomada pelo Ministério da Educação de não autorizar a abertura de turmas de 7.º e 10.º anos em Vila Praia de Âncora que na prática se traduz na extinção do Ensino Secundário nesta vila que aqui funciona há 36 anos, sendo que nos últimos 28 anos foi assegurado pela Ancorensis!

O que fazer? Perante a decisão do poder central.



Assembleia Municipal de Caminha

Da análise que fizemos à " Análise da Rede do EEPC com Contrato de Associação" levada a cabo pelo Ministério da Educação, a qual concluiu no caso do concelho de Caminha pela ausência de carência de escolas públicas para o 3.º ciclo e o ensino secundário e, portanto, pela desnecessidade de celebrar contrato de associação com a Ancorensis, detetamos algumas fragilidades relativamente às quais não deixaremos de reclamar e para as quais chamamos a Vossa atenção.

No que respeita à Escola Básica do Vale do Âncora verificamos que:

Apenas são indicadas 8 turmas de 2.º ciclo não sendo levado em conta que existem 7 turmas de 1.º ciclo.

Como da ficha não consta o n.º de salas da EB 1/2 fica-nos a dúvida sobre o nível de ocupação apresentado (Nível 1) na verdade muito baixo e, portanto, se de facto esta escola terá capacidade suficiente para acolher no 7.º ano a totalidade dos alunos que vão agora concluir o sexto ano e nos anos seguintes as turmas do 8.º e 9.º anos.

No que respeita à análise à Escola Básica e Secundária Sidónio Pais situada em Vilarelho:

- Apenas são indicadas 29 turmas faltando referir a turma do Curso Vocacional do 11.º ano pelo que o n.º total de turmas no ano letivo 2015/2016 é de 30 e não de 29.

- Com este n.º de turmas em 2015/2016 é muito provável que o n.º de turmas em 2016/2017 seja superior a 30.

Como não é conhecido o número de salas duvidamos que o nível de ocupação seja o indicado "nível 3" e, portanto, que a escola disponha de capacidade para receber 2 turmas de 10.º ano da Ancorensis em 2016/2017.

- Na ficha de caracterização é referido que a distância da Ancorensis à Escola Sidónio Pais é de 10 km e que o tempo de deslocação de carro é de 14 minutos.

Ao confirmarmos esta distância no "Google Maps" verificamos que o tempo indicado apenas é compatível com um trajeto superior a 10Km pelo que duvidamos que esta escola seja na realidade uma escola de proximidade da Ancorensis.



Assembleia Municipal de Caminha

Contrariamente ao que afirma o Ministério da Educação, pela nossa parte o assunto não está encerrado e continuaremos a lutar por todos os meios ao nosso alcance para que a Ancorensis continue a prestar o serviço público de educação ao Vale do Âncora. Contamos convosco.

O **Senhor Manuel de Sousa Marques**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Em boa hora o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respondendo ao apelo feito por alguns Ancorenses, convocou esta Assembleia Municipal para debater o tema mais candente da atualidade portuguesa e sobretudo de Vila Praia de Âncora. Por isso, o meu muito obrigado.

Sou Ancorense como muitos outros que por vários motivos emigraram para os quatro cantos do Mundo.

Como Ancorense não pude nem posso ficar indiferente perante a decisão tomada pelo governo de alterar as formas de financiamento que vigoraram até ao fim do ano letivo de 2015/2016.

É que, como Ancorense que exerço funções autárquicas desde 1998 em Vila Praia de Âncora, conheço muito bem o papel exercido pela Ancorensis no desenvolvimento da nossa terra.

Diria que além de ser Ancorense sou também "Ancorensis".

A existência da escola pública do 2.º Ciclo em Vila Praia de Âncora vem de 1964 data em que foi fundado o Externato de Nossa Senhora da Assunção pelas Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição e São Miguel Arcanjo.

Em 1975/76 as Irmãs acima referidas para viabilizarem a criação de uma escola pública em Vila Praia de Âncora cederam gratuitamente o Alvará à Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Passados alguns anos, em 1987, as Irmãs decidiram transmitir o Alvará do Estabelecimento de Ensino, agora com o Ensino Secundário, aos professores



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

efetivos e funcionários do mesmo na condição de constituírem uma Cooperativa de Ensino.

Se o Colégio foi importante para Vila Praia de Âncora e todo o Vale, a Ancorensis Cooperativa de Ensino constituiu um verdadeiro polo de desenvolvimento não só da nossa Vila, mas também das freguesias vizinhas e, portanto, do Concelho de Caminha.

A Ancorensis passou a ser "propriedade" de todos os Ancorenses, dos que lá estudaram e estudam.

São muitos os médicos, arquitetos, engenheiros, professores, marinheiros, pescadores, agricultores e todos os que exercem as mais variadas profissões nos diversos setores da vida profissional.

Todos estes não podem ficar indiferentes a esta crise que mais do que falta de alunos, é de financiamento.

Não podem também ficar indiferentes os antigos e atuais alunos, os pais, os trabalhadores, docentes e não docentes.

Os profissionais da hotelaria e similares, os detentores de estabelecimentos comerciais, os industriais da construção e imobiliárias, etc., etc.

Não podemos ficar também indiferentes porque Vila Praia de Âncora era e ainda é também um polo de atração das gentes do Vale do Âncora e não só.

Quantos compraram aqui casas e apartamentos porque temos boas escolas até ao ensino superior.

E agora, é certo que há quem diga que a Ancorensis não vai fechar por causa desta decisão do governo. Mas, se este ano não vão ter matrículas para o 7.º e para o 10.º ano, para o próximo ano o mesmo vai acontecer para o 8.º e o 11.º. Depois, finalmente, o mesmo acontecerá no 9.º e no 12.º.

O que vai então acontecer?

A Ancorensis Cooperativa de Ensino fechará as portas.

Num ápice uma escola que teve em 1988 - 393 alunos, em 1997 - 1131 alunos e em 2015 - 456 alunos, que teve no quadro de pessoal 39 trabalhadores em 1988; em 2003 teve 174 e que atualmente tem 71 poderá fechar as portas.



Assembleia Municipal de Caminha

Poderá, uma escola que muito contribuiu para a formação integral dos cidadãos e o seu papel para o desenvolvimento socioeconómico local foi e é inegável, fechar as suas portas?

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Caros Ancorenses, assistimos desde 25 de Abril de 1974 a períodos de muitas nacionalizações bem como de muitas privatizações.

Os governos podem nacionalizar ou privatizar empresas e até escolas.

Perante esta situação pergunto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Deputados desta Assembleia, o que fizeram?

O que tencionam fazer?

Limitar-se-ão apenas a aprovar por unanimidade moções, requerimentos, etc.?

Limitar-se-ão a justificar esta decisão com a crise económica, ou na falta de alunos?

Senhor Presidente da Câmara, o que fez para tentar inverter as intenções do nosso governo.

Nós, à semelhança dos alunos da Ancorensis, que acamparam à frente da sua escola como autênticas sentinelas na defesa da sua Ancorensis, estamos vigilantes e não nos deixamos iludir com possíveis alternativas que não servem para nada a não ser adiar a morte duma instituição que soube servir Vila Praia de Âncora e o seu Concelho.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez uma interpelação à mesa e disse que esta Assembleia é extraordinária porque é para tratar de uma situação em particular que é a Ancorensis e não se está a tratar de um bloco de cimento, mas sim de pessoas, crianças e famílias e deve este problema ser tratado com calma, sem agressões, logo, devesse estar unido, porque hoje é esta escola, mas amanhã não se sabe qual vai ser a escola atingida. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que é com grande tristeza que hoje assiste aquilo em Vila Praia de Âncora, afirmando que se a Ancorensis fechar



Assembleia Municipal de Caminha

enquanto Presidente da Junta de Freguesia “juro nunca mais irei comemorar o 25 de Abril em Vila Praia de Âncora”.

O **Senhor Presidente da Mesa**, mais uma vez pede para que haja mais respeito pelos Senhores Deputados e pela mesa.

O **Senhor David Martins**, saudou todos os presentes e disse que:

“Não podia deixar de estar presente hoje, neste lugar, para dar o meu contributo neste momento decisivo para o futuro da educação em Vila Praia de Âncora, terra para onde vim lecionar há 28 anos, no quarto ano letivo da minha carreira de professor.

Conhece bem esta comunidade educativa ao longo de quase 3 décadas de trabalho.

Disse que as posições estão muito estremadas e normalmente quando estas coisa acontecem as soluções não aparecem.

Disse que tem acompanhado este problema através dos média e aqui, referindo que toda as pessoas são unanimes em Vila Praia de Âncora em dizer que a Ancorensis não era uma instituição relevante e que não tinha qualidade pedagógica ou que não tinha projetos, mas, por outro lado estão a se esquecer da escola publica e disse o Senhor David Martins que a escola publica também tem as suas medalhas, por exemplo, foram a primeira escola em Portugal a gravar um CD em 1994. Em 1995, ganhamos o 2º prémio de mérito da Expo'98, a nível nacional entre mil escolas. Dois anos depois, em 1997, ganhamos o 1º Prémio de Inovação Educacional do IIE: a Escola Preparatória de VP Ancora foi a única escola do Norte de Portugal a obter este prémio na categoria do 2º e 3º ciclo, e foi a única escola do Concelho de Caminha que teve a avaliação máxima de muito bom, e até agora não teve conhecimento da Ancorensis ter tido uma avaliação externa, mas, de qualquer das maneiras não necessita dela para reconhecer o papel importante da Ancorensis e a qualidade de ensino que lá foi ministrada, mas, não é destruindo a imagem do setor público que vão ganhar credibilidade para a Ancorensis.



Assembleia Municipal de Caminha

Outro aspeto abusivo, intencional e pouco rigoroso é confundir a história do "colégio" com a história da Ancorensis - uma coisa não tem nada a ver com a outra. E quem tiver dúvidas, consulte no site da própria Ancorensis o seu projeto educativo que diz o seguinte: "A comunidade das terras do Vale do Ancora assistiu, em 1988, a uma nova realidade escolar. Em substituição do bem conhecido "Colégio", escola privada do 3º ciclo e ensino secundário, criada no ano letivo de 1964/1965 com o nome de Externato de N. Senhor^a da Assunção, nasceu uma nova organização- a Ancorensis-Cooperativa de Ensino, CRL. ou seja - a Ancorensis não tem a minha idade (52 anos), mas sim, inequivocamente, 28 anos. Outro aspeto, é quando referem que os alunos do 3.º ciclo não cabem na escola de Vila Praia de Âncora, mas, a tipologia do seu edifício é uma C24, ou seja: uma escola que pode albergar sem problemas 24 turmas. O edifício então construído em Vila Praia de Ancora foi uma Escola Básica Integrada, ou seja, uma escola do 1º ao 9º ano e não uma escola com apenas do 1º ao 6º como até agora aconteceu. Quem tiver dúvidas sobre este ponto, pode consultar os muitos documentos disponíveis ou, o site da Junta de Freguesia de VP Ancora onde ainda agora refere: "O 1º e 2º ciclos básicos funcionam na escola básica integrada..."

Ao contrário do que um comunicado recente refere, as opiniões são unânimes na vantagem de agrupar na mesma instituição os 3 níveis do ensino pela articulação curricular que permite. É o que acontece na quase totalidade das escolas portuguesas do tipo C24 construídas nessa altura.

Para mim é claro que VP Âncora tem uma escola pública de qualidade, que pode responder ao nível de garantir o 3º ciclo e que é isso mesmo que deve acontecer.

Na minha opinião onde Vila Praia de Âncora vai perder qualidade de vida é quando os alunos tiverem que ir para Caminha, porque aí Vila Praia de Âncora vai perder massa crítica que esta é muito importante para qualquer terra.

Para terminar disse que não é desqualificando a escola pública que se consegue a credibilidade, e que o público e o privado têm cada um o seu papel, devem viver em reciprocidade e respeito e não numa oligarquia como tem acontecido por vezes em relação à nossa escola.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor José Manuel Presa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu o seguinte:

“Hoje, e tendo em conta o assunto desta Assembleia, dirijo-me a todos como Munícipe, como Ancorense e como Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Praia Ancora.

O assunto do financiamento do ensino cooperativo e dos contratos que o suportam terá, como todos sabemos, influência direta na continuidade do funcionamento da Ancorensis Cooperativa de Ensino.

Não pretendo alongar-me na descrição da atividade desta escola nas últimas décadas, mas todos facilmente nos recordamos:

- das antigas instalações em comparação com as atuais;
- dos equipamentos que dispunha no passado e dos atuais;
- das atividades que tem desenvolvido ao longo dos anos com milhares de jovens e população em geral (atividades lúdicas, desportivas, culturais, ...); Em suma, do serviço, e temos que chamar-lhe serviço público, que prestou à nossa comunidade. Recordo ainda que a área geográfica de influência da Ancorensis ultrapassa o limite do nosso Concelho, abrangendo uma parte significativa do Concelho de Viana do Castelo.

Por tudo isto é muito fácil perceber o que todos temos a perder:

- todo um serviço de qualidade já antes referido;
- deslocalização de um numero significativo de alunos para outras localidades; (e desenganem-se os que pensam que estes alunos permanecerão no Concelho, pois é facilmente perceptível que a sua escolha e das suas famílias recairá nas escolas de Viana do Castelo).
- um incremento do desemprego em Vila Praia Ancora e, conseqüentemente, no Concelho; - uma diminuição de jovens, das suas famílias, de profissionais docentes e não docentes a "frequentar", a "consumir", a "fazer as suas vidas" em Vila Praia



Assembleia Municipal de Caminha

Ancora, no Concelho de Caminha; - uma Vila, que representa "apenas" cerca de um terço da população do Concelho, a definir;

Em suma:

- temos tudo a perder e nada a ganhar;

Em termos de estratégia financeira da Tutela, do Governo da Nação, considero também muito débil o argumento da poupança, da economia de recursos, pois nunca conheci, creio nunca ter sido apresentado, um estudo concreto, credível e sustentado de que uma turma da rede de ensino publica custe menos ao Estado, aos Contribuintes, que o atual valor pago nos contratos de associação.

Na última Assembleia de Freguesia de Vila Praia Ancora foi apresentada uma Moção de apoio à defesa intransigente da continuidade da atividade da Ancorensis. Esta Moção foi apresentada e aprovada por unanimidade, todos tivemos a clarividência de desvalorizar as questões político partidárias e nos unirmos numa questão importante para a nossa Freguesia, para o nosso Concelho."

Para terminar o Senhor José Manuel Presa disse que tinha mais umas palavras dirigidas aos autarcas do Concelho, que, entretanto, cortou e, retomando a sua intervenção disse: "E porquê, e porquê dirigir-me aos autarcas, eu sendo eu também autarca não me vou dirigir porque eu senti-me há pouco, no início desta assembleia, envergonhado com aquilo que estes senhores que foram eleitos fizeram. Vocês são uma vergonha. Portanto nós, aquilo que devíamos contar, aquilo que devíamos contar convosco afinal não podemos contar convosco para podermos intervir como sociedade. Como tal, eu descobri, surpreendentemente, que neste plenário, o partido político mais representado é a carneirite, foi o partido que eu descobri que é mais aqui representado. Simplesmente lamentável."

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, fez uma interpelação à mesa e disse que tem de concordar com algumas palavras ali proferidas de apelo á serenidade. Disse ainda que esta questão não é uma guerra entre o público e privado, nem entre duas terras, nem entre eleitos, e não é com argumentos que nos possam ofender que se está a



Assembleia Municipal de Caminha

contribuir para se encontrar uma solução para este problema que nos preocupa a todos. Portanto, o Senhor Presidente de Junta faz um apelo à mesa para que não deixe que este tipo de expressões se digam ali, porque os ofende a todos e até mesmo pensa o Senhor Presidente que a pessoa em causa se vai arrepender em casa quando serenamente pensar naquilo que ali proferiu uma vez que ultrapassou aquilo que a democracia impõe.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que esta já é segunda vez que faz uma interpelação do mesmo género, e pergunta o Senhor Deputado se o Senhor Presidente vai permitir a utilização de este tipo de linguagem, se vai permitir que os eleitos municipais sejam ofendidos na sua presença, sim ou não. Se, sim pede imensa desculpa o Senhor Deputado, mas terá que abandonar esta reunião, se, não imponha a ordem.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que tem tentado manter a ordem.

Luís Sottomaior Braga, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, caros cidadãos e disse o seguinte:

“Chamo-me Luís Sottomaior Braga, sou professor, e sou mais um, dos que da minha família, há mais de um século, exercem, nesta terra, esta profissão.

Alguns deles até estiveram ligados, durante a 1.^a República, ao movimento de criação da vila de Vila Praia de Âncora. Quando vinha para aqui, pus-me a pensar qual seria a posição que teriam, perante a questão que nos traz a esta reunião. Não podendo ser posta em causa, para eles e, já agora, para mim, a proximidade que tinham a esta terra não tenho dúvidas que esses meus antepassados eram pessoas sensatas, que eram, diriam que esta discussão é fora de tempo: o assunto está mesmo encerrado, quer no plano jurídico, quer no plano político.

O Governo, e por boas razões de gestão da coisa pública, com base legal e constitucional decidiu que não vai mais pagar a frequência obrigatória de alunos



Assembleia Municipal de Caminha

numa escola privada, que fica à distância de uma passadeira de uma escola pública que tem professores, instalações e equipamentos em condições.

Só uma confusão, pouco razoável, entre o que é o interesse da comunidade e o interesse de privados permite que se continue a afirmar o contrário.

Alguns vem falar-nos de historia e atiram para o ar uns argumentos. Historia é por acaso a minha especialidade profissional e, talvez por isso poupo-vos a muitas considerações

O argumento histórico nada interessa numa decisão deste tipo. E mesmo os que entram por aí, não contam a história toda: o ensino obrigatório é hoje até ao 12º ano e o erro foi, quando passou a ser até ao 9º, não se ter, logo aí, corrigido a situação. O argumento histórico, bem analisado, funciona, assim, contra quem o usa.

Doutro ponto de vista: um negócio (mesmo no sector educativo) é um negócio e só é viável se o cliente quiser manter-se cliente. E como se diz nos folhetos de compra de ações: rentabilidades passadas não garantem rentabilidades futuras.

Se uma empresa cooperativa passou décadas a receber dinheiro público, não significa que isso tenha de acontecer para sempre.

E não falemos dos alegados estudos sobre o custo por aluno do Tribunal de Contas, porque esse é o exemplo maior das asneiras que têm sido ditas, por quem só os leu em cruz.

E a palavra rentabilidade, lembra-nos como seria urna excelente informação, já que estamos aqui reunidos, para nos esclarecermos, sabermos alguns dados de gestão dos contratos de associação pagos com dinheiro público.

Quanto ganham e ganharam os gestores da escola privada? E quanto, ao longo dos anos, receberam de lucros ou proventos de saldos, os cooperantes da escola privada, aqui em discussão?

A escola pública tem contas publicas e o órgão que as aprova inclui até pais e alunos. E na escola privada, podemos saber, com essa transparência, o rumo do dinheiro, que é de origem pública? Foi para professores ou foi para saldos a redistribuir? Outro argumento comum é a desvalorização da escola pública.



Assembleia Municipal de Caminha

A escola Básica do Vale do Âncora tem espaço condições para receber todos os alunos do 7.º, este ano, e os que se seguirão. O agrupamento tem professores habilitados e experientes para todas as disciplinas e todos os anos.

A ideia de que há problemas em misturar alunos de idades diferentes é talvez a mais disparatada de todas as que se ouvem. Centenas de escolas em todo o país funcionam assim e sem problemas.

Além disso, os futuros alunos do 7.º ano, já são hoje, no 6.º, colegas dos que estão no 12 ciclo. Pouco se cruzam (até os intervalos são desencontrados) e pouco dão uns pelos outros, tirando momentos festivos.

Para além disso 80% dos Portugueses estão a favor desta medida e Portugal não pode ser uma federação de Concelhos em que cada um puxa a brasa à sua sardinha, esquecendo o interesse nacional.

E aqui gostava de fazer uma nota ao Senhor Presidente da Câmara: a nível local, esta questão foi politizada, mas a realidade é que a Câmara nada tem Portugal e gostaríamos de o ter visto esquecer mais o aparente interesse eleitoral e defender a escola pública com mais energia e vontade, dado que também somos uma instituição pública do Concelho.

Por fim, disse que trabalhou seis anos com alguém que foi Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo e foi fundador do Partido Socialista, e lamenta o comportamento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tem tido nesta sessão da Assembleia Municipal.

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se quer intervir.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que este é ponto único, que no final responderá a todas as intervenções.

2.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature in blue ink.

a) – Tomada de posição sobre o estudo de “Avaliação da rede de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação” do qual resulta a não atribuição de turmas do 7º e do 10º ano para os próximos anos letivos à Ancorensis Cooperativa de Ensino com a consequente influência decisiva da viabilidade e futuro funcionamento desta Escola.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“A convocação desta Assembleia Municipal Extraordinária é vital para a freguesia de Vila Praia de Âncora, para o Vale do Âncora e para o concelho de Caminha. Temos em cima da mesa um assunto de máxima urgência e importância para os nossos jovens, famílias e economia local.

A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora junta-se na defesa de uma escola localizada nesta freguesia que presta um serviço de ensino público há 52 anos, falo da Ancorensis Cooperativa de Ensino, antigo Externato de N.º Senhora da Assunção.

Após a divulgação pela comunicação social das escolas com contrato de associação que iriam ou não abrir os inícios de ciclo no próximo ano letivo, foi com indignação e espanto que surge a Ancorensis Cooperativa de Ensino como uma das escolas à qual não iria ser atribuída nenhuma turma de início de ciclo, ou seja, de 7.º e 10.º para o próximo ano letivo.

Perante este corte de financiamento, ao abrigo dos contratos de associação, poderemos antever um fim trágico para este estabelecimento de ensino que serviu esta comunidade durante tantos anos.

Em 1980, altura em que surgiram os contratos de associação, o estado não tinha ao dispor da população uma rede de ensino público que satisfizesse as suas



Assembleia Municipal de Caminha

necessidades educativas, situação que se verificou no concelho de Caminha e mais concretamente em Vila Praia de Âncora. Assim nasceu a Ancorensis Cooperativa de Ensino, dando seguimento ao objetivo e trabalho realizado pelo Externato de N.ª Senhora da Assunção, na garantia do acesso ao ensino gratuito dos alunos.

Esta escola sempre serviu os interesses do Ministério da Educação e de todas as famílias que aí colocaram os seus filhos a estudar. Assim foi crescendo e aumentando as suas valências até se tornar na escola de excelência que é hoje.

O Executivo da Junta de Freguesia entende que os tempos mudaram, que cada vez existem menos alunos e que existe uma rede escolar publica eficiente e com muitos bons profissionais, tanto a nível de professores como de pessoal auxiliar.

Mas o possível encerramento da Ancorensis Cooperativa de Ensino, pela falta de participação do Estado, poderá traduzir-se na perda do ensino do 3.º ciclo e mais grave do ensino secundário em Vila Praia de Âncora. Isto seria uma perda irreparável para todos nós, para a Freguesia e para o Concelho. Estrangularia a nossa já débil economia.

A nossa Freguesia já foi muito castigada pela crise. Várias empresas que tinham sede e fabrico em Vila Praia de Âncora fecharam nos últimos anos, é o caso da Fábrica de Lacticínios Âncora, posteriormente Garcia e Vaquero, a Fábrica de Confeções Mourassos, a empresa Aurélio Martins Sobreiro, entre outras firmas mais pequenas ou familiares. O resultado destes encerramentos ou falências provocaram mais de mil pessoas desempregadas, o que é extremamente preocupante num concelho onde existe pouco investimento económico e poucas oportunidades de emprego.

A própria escola Ancorensis Cooperativa de Ensino já sofreu na pele as consequências da diminuição da taxa de natalidade registada nos últimos anos, e em nome da crise com a alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo em 2013.



Assembleia Municipal de Caminha

Estas condicionantes, provocaram uma diminuição substancial do número de alunos e consequentemente de turmas e obrigou já ao despedimento de grande parte dos professores e funcionários.

Agora, com este quadro tão negro, será mais uma perda na freguesia e no concelho. São mais de 70 trabalhadores que irão para o desemprego. Podemos prever as consequências sociais e económicas que daí advirão.

Neste sentido, apelo à Camara Municipal de Caminha, a Associação de Pais e Encarregados de Educação, aos alunos, professores, Auxiliares de Educação, Encarregados de Educação, famílias, a toda a comunidade de Vila Praia de Âncora e do concelho e a todos os partidos políticos para que juntos encontremos soluções conducentes à reversão desta situação e se defendam os postos de trabalho e a qualidade de vida das pessoas da nossa terra.

Para terminar esta minha intervenção, deixo aqui algumas questões no ar para que reflitam sem partidarismos:

Porque não foi a Ancorensis informada atempada e faseadamente desta alteração ao Estatuto do ensino Particular e Cooperativo

Vamos deixar desaparecer este estabelecimento de ensino?

Será que irão as escolas públicas do concelho beneficiar com o seu desaparecimento? Ou será o Concelho de Viana?

Estarão reunidas as condições necessárias na escola pública para acolher estes alunos? Ou determinou-se sem consulta prévia e não olhando a meios?

Haverá condições na escola pública para albergar alunos com idades tão discrepantes, coabitando alunos de tenra idade com adolescentes?

Será que a comunidade e os partidos políticos deste concelho e principalmente de Vila Praia de Âncora têm noção das consequências económicas e sociais que este encerramento vai trazer?

Com a deslocalização do secundário para outra freguesia ou concelho, não estaremos a fomentar o despovoamento jovem na nossa freguesia?



Assembleia Municipal de Caminha

Por todos estes motivos estamos a seu lado na luta, para que não nos levem o pouco de bom que nos resta e acima de tudo os empregos e a juventude da nossa vila.”

O **Senhor Deputado Manuel Amial**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse o seguinte:

“Ancorensis - Cooperativa de Ensino;

Sobre este assunto tão candente que sobressalta a Comunidade em geral e a Comunidade Educativa do Vale do Âncora em particular gostaria de tecer algumas considerações:

A Cooperativa de Ensino Ancorensis tem dado aos longo dos anos um enorme contributo ao ensino em Vila Praia de Âncora, reconhecido como de grande qualidade e com excelentes resultados;

Por outro lado, tem sido um parceiro cultural com grande abertura e apoio à Comunidade;

Reconheço que foi com grande esforço dos seus dirigentes, dos seus cooperantes e dos seus trabalhadores que a Ancorensis se dotou das infraestruturas físicas necessárias para a sua Missão;

Como dirigente associativo do Movimento das Associações de Pais na década de 80, acompanhei de perto o seu desempenho, apoiei a sua modernização e guardo desse tempo uma memória positiva do seu relacionamento (e seria injusto se não relembresse aqui timoneiro Eng.º Manuel Fernando Cerqueira Rodrigues com quem tive o gosto de trabalhar) e da qualidade de ensino que ali era praticado, memória que também comungo por ter sido encarregado de educação de duas filhas - A Ana Cristina e a Maria Margarida.

Foi ainda nessa qualidade de dirigente associativo que lutei pelas novas instalações para a Escola Preparatória (antigo Ciclo Preparatório) que, como bem se lembram, eram em pré-fabricado e em grande estado de degradação.



Assembleia Municipal de Caminha

Uma das lutas que partilhei com os meus amigos da Associação de Pais, alguns aqui presentes e a quem saúdo e que foi decisiva nesse processo, tendo apenas como objetivo a continuação do ensino básico até ao final do segundo ciclo, para não inviabilizar a oferta que já vinha sendo assegurada pela Ancorensis.

Falei numa das lutas e ... foram muitas: relembro a construção da passagem área da EN13 para acesso à comunidade escolar; a disponibilidade de refeições aos alunos do 1.º ciclo das Escolas do Rego, Vilarinho e Viso, só possível com o excelente apoio da Ancorensis; a colocação de meias barreiras na passagem de nível junto ao quartel dos bombeiros, etc. ... lutas que não foram fáceis e que nos trouxeram grandes dissabores na altura. Mas nós não esquecíamos que os carvalhos mais fortes crescem contra o vento e, por isso, lutávamos pelo que acreditávamos ser o superior interesse das nossas crianças!

Face às considerações expostas, creio que tenho alguma legitimidade para dar agora a minha opinião:

Pelo que é do domínio público considero que este processo foi desenvolvido na secretaria, não foram auscultados os intervenientes envolvidos (agentes educativos e órgãos autárquicos), não houve diálogo e não foi conduzido com a sensibilidade que o mesmo devia requerer;

Que a Escola Básica existente não foi construída para dar resposta aos alunos do 3.º ciclo e ensino secundário e ainda ninguém assegurou que tenha condições para tal;

Que não concordo que os alunos do Vale do Âncora venham a ser deslocados para Caminha, como parece ser intenção. Não podemos regredir nas ofertas educativas oferecidas em Vila Praia de Âncora, sabendo que é a freguesia mais populosa do Concelho;

Que desconheço que tenham sido avançadas garantias que assegurem os postos de trabalho da Ancorensis que, até agora estão afetos a estes graus de ensino e que compensem as legítimas expectativas que foram criadas e que agora se pretendem pôr em causa;



Assembleia Municipal de Caminha

Por tudo isto, e, enquanto não forem salvaguardadas estas preocupações, sou a favor da situação atual do ensino em Vila Praia de Âncora.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção

“Estarmos aqui esta noite, a discutir este ponto único da Ordem do Dia desta Assembleia Municipal Extraordinária, ou dizer que a Ancorensis – Cooperativa de Ensino vai encerrar a muito curto prazo, é exatamente a mesma coisa.

Como sabemos, desde que o Ministério da Educação divulgou através dos órgãos da comunicação social, o resultado do estudo “Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação”, em que de uma forma muito clara e irreversível, como se poder ler na página 35 do referido estudo, determina que durante o próximo ano letivo 2016/17, a Ancorensis – Cooperativa de Ensino, não tem possibilidade de abrir novas inscrições de turmas do 2º, 3º ciclo e Secundário, significa isto meus senhores, muito claramente, que a Ancorensis – Cooperativa de Ensino, fica condenada a fechar portas a curto prazo.

E, o encerramento de atividade da Ancorensis – Cooperativa de Ensino, representa o acontecimento mais importante que alguma vez poderá acontecer em Vila Praia de Âncora, no Vale do Âncora e no Concelho de Caminha, nestes últimos 10 anos, talvez 20 anos.

Porque não é só um legado de 52 anos que se perde, mas também porque o seu encerramento tem repercussões que afetam o desenvolvimento de Vila Praia de Âncora, do Vale do Âncora e do Concelho de Caminha.

Meus Senhores.

Vila Praia de Âncora vai ficar parada no tempo!

Há um retrocesso que ninguém deseja!!

Ficamos sujeitos a consequências imprevisíveis.

Estivemos à espera que a Assembleia Municipal de Caminha, através do seu Presidente, ou da Mesa da Assembleia, ou do Executivo Caminhense, ou de qualquer outro grupo político, ou grupo de cidadãos, tivessem tido a iniciativa de



Assembleia Municipal de Caminha

convocar uma Reunião Municipal Extraordinária para discussão pública deste tema, o encerramento da Ancorensis Cooperativa de Ensino.

Por tudo o que isso representa para a Ancorensis e para o nosso Concelho, é o mínimo que se poderia fazer.

Como ninguém esteve na disposição de dar esse passo, cá estamos nós, Grupo do PSD da A. Municipal de Caminha, a requerer esta discussão pública.

Para que se escreva a história da nossa terra, de uma forma pública, no local próprio que é a Assembleia Municipal, dando hipóteses a que todos possam participar de uma forma cívica e democrática.

Aproveito para saudar e felicitar os Deputados Municipais do PSD assim como os Srs. Presidentes de Junta, que sem medo, assinaram o Requerimento a pedir a convocação desta Assembleia Municipal Extraordinária.

Para vós o meu agradecimento e reconhecimento.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Nós temos um Executivo Socialista com um vereador da Educação, o Senhor Rui Fernandes que desde o dia da sua tomada de posse, entra surdo e sai calado em qualquer reunião ou acontecimento em que participa.

Não fala! Não omite opinião!

Tendo a responsabilidade do Pelouro da Educação, nunca teve o cuidado de ouvir as partes interessadas, tão pouco reunir e ouvir o Conselho Municipal de Educação.

Sobre este caso, o Senhor Vereador nunca emitiu a sua opinião, nem quando o PSD, nas pessoas dos seus Vereadores levaram uma Moção a reunião de Câmara, que serviria para mostrar a posição daquele órgão sobre este assunto, uma vez que a Moção anterior não tinha sido aprovada pelos Vereadores da oposição nem pelo Executivo socialista, ou seja, nem o seu Presidente subscreveu Moção nenhuma, porque não a votou, e quando tiveram essa oportunidade, votaram contra!

Os Senhores votaram contra a Moção de censura ao que estava a acontecer à Ancorensis, e aos seus alunos!



Assembleia Municipal de Caminha

E antes que a sua figura Senhor Vereador Rui Fernandes se torne ridícula e anedótica, pela sua total omissão pública e política sobre este tema, o Senhor Vereador do Pelouro da Educação, se tem alguma dignidade, deve, quanto antes, apresentar a sua demissão imediata, porque não soube gerir uma das mais graves situações do Ensino no nosso Concelho, que levará a que brevemente a Freguesia mais populosa do Concelho perca até o Ensino Secundário.

Senhor Vereador, exijo a sua demissão.

Senhor Vereador e Vice-Presidente Guilherme Lagido.

O Senhor, foi no passado aluno da Ancorensis – Cooperativa de Ensino.

O Senhor foi um dos primeiros alunos, ainda pertencendo ao tempo em que esta Escola tinha a designação de Externato de Nossa Senhora da Assunção.

O Senhor, na única oportunidade que teve de votar uma Moção de censura ao Ministério de Educação pelo que estava a acontecer à Freguesia de Vila Praia de Âncora, votou contra.

No entanto, por afirmações suas já divulgadas por diversos órgãos da comunicação social, o Senhor não está preocupado com o encerramento da Ancorensis – Cooperativa de Ensino, nem das consequências daí resultantes.

A sua única preocupação é que o ensino secundário fuja da Ancorensis para Viana do Castelo.

O Senhor como Vice-Presidente, como Ancorense e Caminhense, não está a defender os legítimos interesses da sua terra, do seu Concelho.

Não basta aparecer numa arruada organizada pela Ancorensis.

Não basta aparecer nas televisões e mostrar a sua preocupação com a fuga do Ensino Secundário para Viana do Castelo.

É preciso Senhor Vice-Presidente, descer ao terreno, vestir a camisola da sua terra e lutar pelas suas instituições.

O Senhor não fez nem está a fazer isso.

Pela sua omissão, pelo seu voto contra na Moção apresentada pelos Vereadores do PSD, onde poderia ter mostrado a sua indignação, Senhor Vice-Presidente, com



Assembleia Municipal de Caminha

toda a consideração e respeito que tenho por si, sou obrigado a pedir a sua demissão.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha.

Esperei tempo suficiente, para que o Senhor como Presidente da Assembleia Municipal tivesse oportunidade de convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária, para discussão em sede própria, desta situação.

O Senhor, talvez por não estar a residir no Concelho de Caminha, por desconhecer a realidade local, por não se preocupar com os sérios problemas do nosso Concelho, perdeu uma oportunidade única de mostrar o que vale.

Mas não o fez!

Não convocou nenhuma Assembleia, tão pouco convocou a Conferência de Representantes dos Grupos Políticos deste Assembleia Municipal – seu órgão consultivo – para se inteirar da situação local.

E não o fez para não prejudicar a imagem do seu Partido, que é o Partido Socialista.

Por isso Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela sua omissão em todo este processo, é com a devida consideração e respeito, que lhe exijo a sua demissão.

Nós precisamos de um Presidente da Assembleia Municipal que defenda o nosso Concelho, e não de um Presidente ausente.

Queremos um Presidente da Assembleia que coloque os interesses do Concelho de Caminha acima de obsessões político ideológicas.

Senhores Deputados Municipais, do Grupo do Partido Socialista desta Assembleia Municipal.

Não basta apresentar em reunião de Assembleia Municipal – tal como os Senhores fizeram na Assembleia Municipal de 22-04-2016 – uma Moção em que – “repudiar de forma clara e substantiva a possibilidade, ainda que teórica, de que o 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário possa deixar de existir em Vila Praia de Âncora, a Vila mais populosa do Concelho e uma das mais populosas do distrito de Viana do Castelo”.



Assembleia Municipal de Caminha

Não basta só isto!

Não basta só apresentar esta Moção e depois partir descansados para fim de semana, com o pensamento de dever cumprido.

É que é preciso fazer a outra parte!

Aquela parte que é mais custosa para os Senhores, e para o Partido Socialista que os Senhores representam.

É preciso convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária e apresentar uma outra Moção em que V. Exs. deveriam repudiar de forma clara e inequívoca o estudo apresentado pelo Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão que obriga ao encerramento da Ancorensis-Cooperativa de Ensino.

E isso os Senhores não fizeram!

E não o fizeram porque só vos interessa a narrativa socialista!

Só vos interessa que o Partido Socialista ganhe eleições, que a Ancorensis esteja aberta ou fechada, não vos traz qualquer preocupação.

Só espero que os Caminhenses não esqueçam o vosso comportamento e nas próximas eleições autárquicas vos digam através do voto, o que pensam sobre esta vossa omissão.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves.

Todos sabemos que V. Exa., para além de ser Presidente da Câmara Municipal de Caminha, é também Presidente da Concelhia Socialista de Caminha e Presidente da Federação Socialista do Distrito de Viana do Castelo.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse ao Senhor Vereador que o seu tempo para intervenção tinha acabado.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que passava a usar o tempo do Deputado da sua bancada a seguir inscrito.

O **Senhor Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e disse que não cabe no regimento em que haja cedência de tempo quando se está a discutir



Assembleia Municipal de Caminha

um ponto da ordem de trabalhos, portanto, esta figura não deve ser criada quando ela não tem cabimento, no entanto, recorda que quando se refere que não se deverá exceder os cinco minutos, não significa que não se pode, logo, apela a alguma flexibilidade por parte da mesa.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que apenas tinha dito ao Senhor Deputado que já tinha ultrapassado os cinco minutos e de seguida deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Taxa.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, continuou a sua intervenção e disse que:

“É público o seu grande grau de amizade para com o Ex. mo Senhor Primeiro Ministro, Dr. António Costa.

É público também o seu grande grau de amizade e de intimidade para com o Ex. mo Senhor Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão.

É público que o Dr. Tiago Brandão só foi cabeça de lista do Partido Socialista na últimas Eleições Legislativas pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, porque essa foi a vontade de V. Exa. enquanto Presidente da Federação Socialista de V. do Castelo.

E foi com o seu consentimento e conhecimento que o Dr. Tiago Brandão foi indicado para Ministro da Educação.

Quando V. Exa. acompanha a Lisboa a Direção da Ancorensis-Cooperativa de Ensino para serem recebidos pelo Ministério da Educação, V. Exa. já sabia o resultado do estudo encomendado pelo Ministro Tiago Brandão.

V. Exa. já sabia que a Ancorensis não iria abrir no ano letivo 2016/17, turmas do 2º, 3º ciclo e Secundário.

V. Exa. já sabia que a Ancorensis estaria condenada ao encerramento a curto prazo.

V. Exa. já sabia que o Ensino Secundário iria morrer nesta Freguesia!

O Ministério da Educação teve de ter pareceres da Câmara e do Agrupamento acerca deste assunto.



Assembleia Municipal de Caminha

O Agrupamento tornou o seu parecer público, no entanto V. Exa. ainda esconde o seu parecer de todos nós.

Talvez por ter dificuldade em admitir que quando disseram que a Escola EB do Vale do Âncora tinha capacidade para receber o 3º Ciclo não estavam a ser sérios para a população, porque 5 salas para receber cerca de 12 turmas, não é ter capacidade, é ter falta de vergonha!

O reconhecimento desta realidade foi feito quando V. Exa. Senhor Presidente, em plena Assembleia Municipal Extraordinária de 03-06-2016, assume que vai exigir obras na Escola Básica do Vale do Âncora para receber os alunos, sendo claro que reconhece que a mesma, não está capacitada para receber tantos alunos.

Por isso V. Exa. não levou a Direção da Ancorensis para serem recebidos pelo Ministro da Educação.

V. Exa. em combinação com o Ministro Tiago Brandão, deixa que a Direção da Ancorensis fosse recebida pelo assessor do assessor do Ministro, para desta forma, não manchar a imagem política do Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão.

E o mesmo raciocínio é válido para com o 1º Ministro António Costa.

V. Exa., com este seu gesto traiu a Direção da Ancorensis, traiu a Ancorensis Cooperativa de Ensino, traiu a população de Vila P. de Âncora e do Vale do Âncora, traiu o Concelho de Caminha.

Perante uma traição desta natureza, Senhor Presidente Miguel Alves, com toda a consideração e respeito que tenho por V. Exa., não me resta outra hipótese que exigir a sua demissão.

E mesmo admitindo a hipótese que V. Exa. não conhecia o resultado do estudo encomendado pelo Ministério da Educação, só o facto de o Ministro Tiago Brandão nada lhe ter dito, significa que V. Exa. foi traído pelo seu grande amigo e camarada Dr. Tiago Brandão, Ministro da Educação e, assim sendo, se V. Exa. ainda lhe resta alguma dignidade política, continua a não lhe restar outra alternativa senão a demissão.



Assembleia Municipal de Caminha

Porque V. Exa foi ultrapassado como Presidente da Câmara e como Presidente da Concelhia Socialista de Caminha, ao deixar encerrar a Ancorensis.

Porque V. Exa foi ultrapassado como Presidente da Federação Socialista do Distrito de V. Do Castelo, ao deixar encerrar não só a Ancorensis como também o Colégio de Campos em V. N. De Cerveira.

Porque se verifica agora que V. Exa. mesmo pertencendo à Comissão Política Nacional do Partido Socialista, não tem qualquer peso político. E numa situação destas, a demissão é o único caminho possível.

Prometer o Curso de Educação e de Formação, prometer cursos profissionais e ensino noturno como solução para a Ancorensis, é atirar areia para quem não percebe nada disto.

Mas o Grupo do PSD desta Assembleia Municipal não está aqui só para exigir a demissão do Senhor Vereador da Cultura, do Senhor Vice-Presidente, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente do Executivo.

Com a mesma legitimidade política que o Ministro da Educação publica na comunicação social o estudo “Análise da rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação”, usando argumentos que são utilizados por toda a esquerda política, para encerrar a Ancorensis Cooperativa de Ensino, é com a mesma legitimidade política e usando os mesmos argumentos, que apresentamos a seguinte proposta para viabilizar o Ensino Público em Vila Praia de Âncora, no Vale do Âncora e no Concelho de Caminha.”

De seguida o **Senhor Deputado Rui Taxa**, apresentou a seguinte proposta:
“Considerando que a Ancorensis - Cooperativa de Ensino tem prestado desde a sua fundação um serviço notável e de excelência na sua área de ensino - e não só - no Concelho de Caminha;

Considerando que o seu funcionamento serve de força motriz para o desenvolvimento de Vila Praia de Âncora e de todo o Vale do Âncora;

Considerando que o seu encerramento, acarreta a perda imediata do Ensino Secundário no Vale do Âncora;



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Considerando que não foram devidamente estudadas as consequências imprevisíveis que o encerramento da Ancorensis - Cooperativa de Ensino pode provocar nos seus alunos, funcionários, população, tecido social, comércio local, turismo, etc.

O Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha propõe:

- Que a Direção da Ancorensis - Cooperativa de Ensino, o Executivo de Caminha, o Senhor Ministro da Educação, reúnam no mais curto de tempo possível;
- Que seja dada à Ancorensis - Cooperativa de Ensino o estatuto de exceção;
- Considerando que houve uma exceção em Cabeceiras de Basto, conseguida por Joaquim Barreto - Presidente da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, Deputado na Assembleia da República pelo PS e Presidente da Federação Socialista de Braga;
- Que ao abrigo deste estatuto de exceção a Ancorensis - Cooperativa de Ensino possa continuar a lecionar o 3.º Ciclo e Ensino Secundário no Vale do Âncora, nas mesmas condições que sempre o fez."

Por fim o **Senhor Deputado Rui Taxa**, apresentou o seguinte requerimento:

"Eu, abaixo assinado, líder do Grupo do PSD desta Assembleia Municipal e em representação dos respetivos eleitos, requeiro, através da pessoa e figura do Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, nos seja fornecido e tornado público, no mais curto espaço de tempo, cópia do parecer enviado pelo Executivo de Caminha ao Ministério da Educação, que sustentou a elaboração do documento "Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação.

Antes de terminar a minha intervenção, afirmo que muitas pessoas deveriam estar aqui e não estão."

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Manuel Alves Moreira Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados,



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Obrigado Sr. Presidente;

A junta de Freguesia de Âncora, quer desta forma, sem qualquer desprimor da escola pública demonstrar a sua solidariedade com a Ancorensis cooperativa de ensino e prestar-lhe homenagem pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo destes anos.

Quer neste fórum denunciar, aquilo que considera como um retrocesso e perda de liberdade de escolha que esta medida representa.

A Ancorensis é um baluarte do concelho de Caminha, com os seus pergaminhos e um passado dinâmico, enriquecido pela sua nobre prestação no plano educativo e sócio cultural.

A Ancorensis é por acréscimo, uma fonte de emprego local, que ajuda a reduzir os efeitos negativos do contínuo e penalizador desinvestimento do próprio Estado no Vale do Âncora.

O Vale do Âncora não pode ficar, portanto, impávido perante mais esta ameaça de centralidade e clara contribuição para a desertificação dos meios rurais, de estrangulamento da economia local, da receção óbvia da vida ativa Ancorense.

Mas quer também dizer, que não é compreensível, como pode, uma turma no ensino público ter um custo e uma mesma turma no ensino privado custar substancialmente mais. Algo está errado... Se este erro for localizado e corrigido, deixará de constituir premissa para reduzir turmas no privado,

E aqui sim, julgo que estará aqui o problema de raiz, que pode e deve ser resolvido. E deve o Estado encarar a possibilidade de se comprometer a não cortar os subsídios previstos. Mas sim, por uma questão de equidade e justiça, subsidiar de igual forma e montantes, quer o ensino público, quer o ensino privado.

Deixo aqui em sede própria a sugestão.

Para terminar agradeço ao Executivo Municipal na pessoa do Sr. Presidente todo o esforço que tem empreendido para minimizar este despacho ministerial.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que como pessoa e Ancorense está muito grato tanto à escola pública como à Ancorensis, pelo que o ajudou a formar e a ser hoje a pessoa que é, também disse que hoje está como Deputado Municipal para discutir o problema da Ancorensis e não está ali com truques políticos, portanto, foi nesse capítulo que hoje está ali. De Seguida deu início a sua intervenção e disse o seguinte:

“Na sequência da iniciativa de um conjunto de membros desta Assembleia Municipal fomos convocados para discutir a decisão do Ministério da Educação sobre a Rede de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo com contrato de Associação da qual resulta a não atribuição de turmas do 7.º e 10.º anos à Ancorensis, Cooperativa de Ensino, tal como outros 38 estabelecimentos de ensino que desenvolviam a sua atividade com base em "contratos de associação", foram abrangidos por medidas idênticas

Importa contextualizar esta problemática recuando no tempo para melhor percebermos do que estamos hoje a falar. Sobre o panorama do ensino no Vale do Âncora gostaria de referir que:

- a) Perdem-se no tempo as preocupações das suas gentes de Vila Praia de Âncora com a educação disso sendo prova evidente o trabalho desenvolvido, nos alvares da República, pelo Instituto Académico da Praia d'Ancora, aberto em 1917 (vai fazer 100 anos, no próximo ano) que ministrava a instrução primária e a instrução secundária, até à 5.ª classe, cujo primeiro Diretor foi o Dr. Laureano Brito;
- b) Depois, a ditadura de Salazar e Caetano, anulou todas estas iniciativas que visavam instruir o povo e a generalidade da população passou a ter como alternativa a frequência da escola primária, com a duração de 4 anos, pois a obrigatoriedade de 6 anos, só aconteceu, partir de 1972;
- c) Foi neste quadro de desvalorização do ensino e da formação pelas entidades públicas que em 1965 foi criada pelo Almirante Ramos Pereira a Fundação Ramos



Assembleia Municipal de Caminha

Pereira e em 1972 o Grupo de Promoção Escolar de Vila Praia de Âncora de que beneficiaram muitos jovens que assim puderam ir para Viana do Castelo frequentar cursos liceais e escolas técnicas.

d) Foi neste contexto que, para dar resposta às políticas de educação que apontavam, nos últimos anos da ditadura, para a escolaridade de 6 anos que passou a ser obrigatória e gratuita a partir de 1979, que foram surgindo iniciativas de criação de escolas protagonizadas, em geral, pelo Clero tendo como pano de fundo as conclusões do Concílio Vaticano II;

e) Fruto destas novas ideias e das preocupações sociais da Igreja em Vila Praia de Âncora, tal como em Caminha e noutras localidades onde só haviam escolas primárias, apareceram iniciativas que visavam criar colégios e/ou externatos para colmatar as lacunas do estado.

f) Foi assim que no ano de 1966 ganhou força a ideia da criação do Externato N.^a Senhora da Assunção tendo por base a Congregação que ainda hoje tem alguns residentes nesta Vila e tinha como docentes alguns padres e freiras que pastoravam as freguesias do Vale do Âncora;

g) O Externato que depois seria conhecido por colégio iniciou a sua atividade na Quinta do Queiroz e já no início dos anos setenta passou para um novo, mas pequeno edifício de 5 salas no lugar da Sobreira onde hoje está sedeadada a Ancorensis;

h) Entretanto para dar cumprimento à obrigação de assegurar a escolaridade de seis anos surgiu a Telescola que funcionava na Escola Primária do Rego e a escassez de espaço fez com que já depois do 25 de Abril a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, através de uma subscrição pública da população Ancorense, empenhou-se na compra do terreno para a construção da Escola Preparatória.

i) Importa aqui sublinhar o envolvimento da população Ancorense na compra dos terrenos e o papel da Comissão Administrativa da Câmara de Caminha donde avulta a participação da Dr.^a Angela Morais Cabral que muito se bateu pela construção do edifício da Escola Preparatória.



Assembleia Municipal de Caminha

j) Fruto do crescimento da população escolar o Externato de N.^a Senhora da Assunção foi ficando limitado, as políticas de apoio à educação foram crescendo e através da cedência do alvará, em 1988, foi criada a Ancorensis Cooperativa de Ensino que também nesses anos celebrou um contrato de associação que vigora até aos dias de hoje.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

A história diz-nos que até ao 25 de Abril o acesso à educação em Vila Praia de Âncora e no Vale do Âncora era muito limitado e apenas acessível às populações mais abastadas economicamente.

São poucos os filhos de pescadores, de agricultores e de operários que tenham ido além da 4.^a classe.

O acesso à educação passou a ser facilitado a partir do 25 de Abril e mesmo assim só alguns anos depois se começaram a ver esses frutos.

Entretanto o aumento exponencial dos alunos que se deveu aos índices crescentes de natalidade e alargamento da escolaridade obrigatória deu lugar às preocupações que resultam da baixa da natalidade e do esgotamento do manancial de alunos que resultava da obrigatoriedade de frequência, agora, até aos 18 anos.

Hoje assistimos a esta realidade:

- a) As escolas públicas estão em cada ano a ficar mais vazias;
- b) Os professores com horários zero são um problema para o Ministério da Educação;
- c) Os milhares de auxiliares que têm o seu posto de trabalho em risco;
- d) O Ministro da Educação avisava que era preciso reforçar a escola pública;
- e) A associação que representa as escolas com Contrato de Associação, através do Dr. Queiroz e Melo, reclamou sem margem para negociação a manutenção da situação atual;
- f) O governo de forma decidida não cede e diz que onde há escolas públicas não deve haver escolas privadas com contrato de associação.



Assembleia Municipal de Caminha

Face a este quadro, ninguém pode dizer que foi completamente enganado e que o discurso do Ministro da Educação está em desconformidade com o que está na Lei. O que acontece normalmente a corda parte sempre pelo lado mais fraco.

Os promotores das escolas com contratos de associação pretenderam assegurar com o governo anterior uma situação que visava manter o mesmo número de turmas mesmo sabendo que os territórios tinham cada vez menos alunos;

Não terão andado bem porque não foram realistas.

Em face desta situação:

- a) A Câmara Municipal e todos os agentes económicos e sociais devem reivindicar uma escola de proximidade situada em Vila Praia de Âncora para os alunos que se encontram na escolaridade obrigatória que, entretanto, foi alargada até aos 18 anos;
- b) A Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal deve aprovar uma resolução em que fique claro que é inadmissível que se tenha que recuar até aos longínquos anos sessenta e setenta em que os alunos do Vale do Âncora que quisessem frequentar o ensino secundário tinham que ir para Viana do Castelo.
- c) A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e os agentes económicos e sociais devem pugnar pela existência de escolas públicas e privadas de qualidade, devem ver asseguradas as melhores condições de acesso ao ensino e não mais os nossos filhos e netos devem ser obrigados para frequentar a escola a ter que deslocar-se para Viana do Castelo como, então, acontecia.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção:

“Quis o Partido Social Democrata trazer a esta Assembleia, não um conjunto de medidas que objetivamente comprometam os seus membros com a Constituição da República e com a legislação em vigor, mas antes procurar alicerces locais para a afirmação ideológica que a direita tem nesta matéria. E para isso, tudo vale, até difundir o nome da Ancorensis, expondo-a a ela e aos seus alunos a um registo radical, que ronda a intolerância e o desrespeito pela livre expressão e pensamento crítico. Se assim não é, vejamos então como o PSD local se posicionou desde que



Assembleia Municipal de Caminha

o PS no Governo, dando sequência, segundo afirma, à orientação do Governo anterior do PSD e do CDS-PP, em antecipação, propalou a vontade de redefinir as necessidades de contratualização de turmas, em regime de contrato de associação. Desde o primeiro momento propagandeou, novamente, a liberdade de escolha, sabendo que a sua leitura ideológica define que esta pressupõe a duplicidade de disponibilidade, paga pelo erário público.

O PSD, como também o PS, tiveram inclusivamente tempo suficiente para diferenciar o ensino particular do cooperativo, mas não o fizeram, preferindo, ao longo dos anos, desvirtuar o princípio cooperativo, aproximando-o do regime empresarial. Mais, traz hoje o PSD a esta assembleia a intenção de todos tomarmos uma posição sobre o estudo que determinou o fim das turmas de início de ciclo em algumas escolas, do que é exemplo a Ancorensis, mas não o fez no passado, quando o estudo anterior obrigou à diminuição de turmas, com o consequente despedimento de professores e funcionários, em número semelhante aos que agora estão em causa. Serão os atuais mais importantes que os anteriores?

Então não se escondam na moita nem atirem pedras a quem passa, porque na verdade são os vossos princípios ideológicos que estão na berlinda, e para isso requerem a nossa participação usando uma entidade que nos merece respeito e reconhecimento. Não agitem a defesa do vale do Âncora porque se essa fosse a vossa preocupação tê-lo-iam defendido quando estavam à frente da Câmara Municipal de Caminha e negociaram a carta educativa. Mas não o fizeram e permitiram que o Agrupamento intermunicipal do Vale do Âncora terminasse, perdendo-se a influência pedagógica de Vila Praia de Âncora sobre freguesias como o Amonde, Freixieiro de Soutelo e Afife, e encerrando as escolas de Orbacém e Gondar, e posteriormente Riba de Âncora. Nessa altura ignoraram o PCP e a CDU; nessa altura, quando afirmava-mos que o fim das escolas iria fazer definhir todas essas freguesias, V.Exa preferiram dizer que não se identificavam com esse radicalismo, o mesmo radicalismo com o qual se identificam agora.



Assembleia Municipal de Caminha

Então vamos por partes, porque a questão dos contratos de associação cruza-se com princípios ideológicos de outras forças partidárias, que na determinação democrática da representatividade dos eleitos vos obriga à convivência.

Ponto um

No cruzamento da Constituição da República Portuguesa com a legislação em vigor, cabe ao Estado Português garantir uma rede de oferta pública de ensino. Para tal, onde não detém capacidade, pode estabelecer contratos com escolas de ensino particular ou cooperativo. No entanto, onde a oferta de escolas do Estado é suficientemente capaz, tal não deve acontecer. E nesta matéria estamos entendidos porque a Lei é igual para todos. No entanto nós assumimos a oferta pública feita pelas escolas do Estado; V.Exa assumem que o Estado não deve pugnar por cumprir a sua obrigação, e então não deve estar onde existe escola particular paga pelo Estado, e se aí estiver, deve oferecer o ensino à "la carte", duplicando a oferta, apresentando argumentos que vão da qualidade dos projetos educativos à dos próprios professores. No entanto, insistimos, nunca se preocuparam com os professores despedidos no país e em Vila Praia de Âncora, no passado, como se a sua qualidade desaparecesse no dia em que deles já não precisavam. Mas mais, o vosso princípio ideológico determina também que há alunos de primeira e alunos de segunda, já que uns podem beneficiar de duas ofertas pagas pelo erário público, e outras não.

Então, no domínio ideológico fica claro que o PCP e a CDU, são defensores incondicionais do ensino público e da escola pública. E não vale a pena introduzir ruído com a qualidade porque esta não está nem esteve, nunca, em causa. Mau seria que um país assumisse esse paradigma das escolas com qualidade e sem qualidade. E, portanto, se isso é ser radical, a vossa defesa não o será menos.

Entenda-se, pois, que para o PCP e a CDU, não estamos perante radicalismos de direita ou esquerda, mas estamos a mostrar aquilo que ideologicamente nos diferencia, sendo certo que ambos reconhecemos igual qualidade de ensino.

E também não se trata de indiferença, e demos disso prova ao votarmos favoravelmente, nesta assembleia, uma moção que demonstrava total



Assembleia Municipal de Caminha

solidariedade para com a instituição e os trabalhadores, estando desde esse momento a estudar formas de diminuição dos impactes locais, preferindo Vs. Exa preocupar-se com a angariação de apoio político-partidário, estimulando e partidarizando as emoções, quer dos trabalhadores do ensino particular e cooperativo, quer do ensino público, elevando a crispação em vez de a atenuar.

Não se trata de radicalismo primário da nossa parte, tendo votado favoravelmente nesta assembleia uma moção que determinava o envolvimento do município e um estudo, para que houvesse clareza na decisão de garantir que o ensino público seria capaz de disponibilizar a oferta educativa necessária ao 3º ciclo, dispensando-se o contrato de associação nesse nível de ensino.

Pois não mostramos qualquer radicalismo ao votar favoravelmente uma moção que está em linha com os nossos princípios ideológicos que determinam que ao Estado cabe aproximar a oferta de ensino dos cidadãos, e por isso, se fomos contra o encerramento de escolas de 1º ciclo que determinaram o fim da disponibilidade de escolas nesses meios, também não poderíamos ser favoráveis a decisões que impusessem o fim da oferta de todo o ensino pré superior em Vila Praia de Âncora, havendo alunos na freguesia mais populosa do Concelho de Caminha.

Por isso não recebemos lições nem nos revemos em acusações de ambiguidade ideológica, independentemente da fonte pública ou privada, mais até porque só lembram o PCP e a CDU quando sentem ameaça na sua quinta. A verdade é que o PCP e a CDU há já muito tempo que tem vindo a intervir na defesa dos trabalhadores, tanto do setor público como do setor privado, nunca considerando que uns merecem ser defendidos e outros não. E mais, toda a classe trabalhadora encontrará sempre no PCP e na CDU o braço firme e combativo, a todo o tempo, e não apenas quando às entidades patronais interessa.

Ponto dois

A Ancorensis Cooperativa de Ensino surgiu na sequência do prometido encerramento do Externato de N. Sra. da Assunção. Na altura estava em causa o fim da oferta educativa do atual 3ºCiclo do Ensino Básico e Ensino Secundário em Vila Praia de Âncora. Na altura, nenhuma força partidária pensou sequer que tal



Assembleia Municipal de Caminha

fosse possível, e passados todos estes anos, mesmo sabendo do cariz meramente conjuntural do contrato de associação, por indisponibilidade de resposta pública, a verdade é que todos, hoje, reconhecemos o contributo dado na manutenção da resposta educativa em Vila Praia de Âncora, o que ajudou na fixação da população e no crescimento também do ensino público, porque sem essa fixação, sem a existência de alunos, nunca teria o antigo Ciclo Preparatório sofrido as intervenções que sofreu, aumentando-se, e bem, a sua capacidade.

Por isso a Ancorensis, enquanto instituição, com os seus defeitos e virtudes, teve um papel de relevo, e se outra atenção tivesse havido na diferenciação das escolas cooperativas das restantes, hoje não se associaria o nome da Ancorensis a outras iniciativas privadas que pouco ou nada deram às comunidades locais. Esse não foi o caso da Ancorensis, que sempre foi parceira local, entregando-se a projetos públicos, usando os recursos conferidos no enquadramento legal vigente, se não na totalidade, em parte significativa, ao interesse da comunidade local. Claro que por força do PS e do PSD, tal como o restante regime cooperativo, também a Ancorensis se foi transformando, afirmando-se cada vez mais o regime comercial empresarial, fazendo dos associados praticamente sócios, nem sempre, porventura, beneficiando os trabalhadores, sem que o PSD, na altura, uma vez mais, tivesse mostrado qualquer preocupação.

A Ancorensis afirmou-se, adquiriu novas dimensões, fruto de um corpo docente maioritariamente pertencente à comunidade local, e soube bem identificar as necessidades das gentes deste vale, sem que daí resultasse qualquer depreciação das escolas do Estado, assumindo a comunidade local tantas vezes que a Ancorensis, por ser uma cooperativa, era de facto uma escola estatal, não o sendo na verdade.

Hoje, contudo, cabe também à Ancorensis, e à comunidade local, perceber que há já em Vila Praia de Âncora resposta pública ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, podendo não fazer sentido a duplicação. E percebendo-se este novo paradigma é, em nosso entender, importante que todos os atores tenham disso consciência, entregando-se as escolas àquilo que melhor sabem fazer, que é ensinar e



Assembleia Municipal de Caminha

contribuir para uma sociedade mais capaz. Não estamos perante um cenário de guerra, alinhando soldados. Estamos tão só e apenas a cumprir a legislação em vigor.

Claro que no registo empresarial, tem a Ancorensis, como todas as outras Escolas Particulares com Contrato de Associação, a capacidade legal de fazer cumprir o que entende ser o que se assumiu com o Estado, da mesma forma que o Estado também o pode fazer. Mas essa não é matéria de envolvimento desta Assembleia, mas sim dos tribunais.

Ponto três

A Análise da Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação.

Este foi de facto o estudo que determinou a decisão do Governo em estabelecer, ou não, novos contratos de associação. E esta análise de rede ditou que em Vila Praia de Âncora terminassem não só os contratos de associação ao nível do 3º ciclo, como também ao nível do ensino secundário. Pode ler-se no documento, em resultado da análise, que: "A Escola Básica do Vale do Âncora... pode acolher turmas do 3º ciclo, dado que pertence ao agrupamento de escolas de Caminha, cuja sede é a escola Básica e Secundária Sidónio Pais, que já integra professores do 3º ciclo. Existem bons transportes públicos.". E é esta análise que sustenta a decisão de não atribuição de turmas, nem de 3º Ciclo, nem de ensino secundário, à Ancorensis, em regime de contrato de associação. Pelo meio fica o quadro de proximidade e índice de ocupação das escolas do Estado no concelho, índice 1 na EB do Vale do Âncora, em Vila Praia de Âncora, e índice 3 na EB/S Sidónio Pais, em Caminha, considerada a 10 km da Ancorensis.

A CDU nunca escondeu a defesa da disponibilidade de todo o ensino pré superior em Vila Praia de Âncora, no entanto este estudo não é sensível a esta visão que é claramente política, assumimos, mas que não colide com os nossos princípios ideológicos de defesa da escola de proximidade. E não o é no que respeita ao ensino secundário. Contudo, não deixa de ser relevante que quando o PCP se insurgia no passado contra o encerramento de escolas do 1º Ciclo, invocando a



Assembleia Municipal de Caminha

necessidade de mobilidade desses alunos, o seu desenraizamento, o afastamento da escola pública das populações a quem serve, o PSD no Governo e na Câmara de Caminha, promovia os encerramentos dessas escola claro que provavelmente arranjarão forma de dizer que a sua falta de coerência há de ter justificação no PCP e na CDU, mas a verdade é que sempre atuamos em coerência, de forma ideologicamente consistente, e sem radicalismos. É por isso que nesta matéria também o PCP e a CDU defendem a existência de contratos de associação onde os mesmos se revelam necessários. E não deve haver nessa matéria qualquer estigma, mas antes uma atuação clara e uniforme no território nacional, percebendo-se a complementaridade do contrato de associação por falta de oferta pública local.

O estudo aponta também situações aparentemente semelhantes com análises e decisões diferentes. Por exemplo, e porque este documento é público, podendo ser consultado por todos, dispenso a leitura vejam-se os casos do Externato S. Miguel de Refojos, o Colégio de Albergaria, o Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação, o Colégio Dinis de Melo, o Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, o Instituto "D. João V", o Colégio de Cidade Roda, o Externato Cooperativo da Benedita, o Externato D. Fuas Roupinho, o Colégio Miramar, o Colégio de São Miguel de Fátima, o Centro de Estudos de Fátima e o Externato António Sérgio.

Quanto à boa rede de transportes públicos assumida no estudo para mobilizar os alunos de Vila Praia de Âncora, esta é contrariada pela rede social que aponta, no seu diagnóstico, que o concelho de Caminha detém uma fraca rede de transportes públicos. Ora não sendo o PCP responsável por nenhum dos dois pareceres, ficamos a dúvida de qual estará certo.

Feita esta apreciação importa então não esquecer o princípio basilar em Vila Praia de Âncora da defesa incondicional da escola pública, e se ela responde às necessidades atuais e futuras do 3º Ciclo, está a análise às necessidades de rede correta. No que respeita ao ensino secundário, não havendo assumidamente resposta pública em Vila Praia de Âncora, o estudo deveria ter clarificado esta matéria, e sendo o município corresponsável, mais que não seja pelas decisões



Assembleia Municipal de Caminha

políticas que afetam o seu território e pelas disponibilidades de recursos, em particular, transportes, deveria ser ouvido antes das tomadas de decisão.

Tendo tudo isto em conta, consideramos que a análise à rede se compatibiliza com a nossa ao nível do 3º Ciclo, mas distancia-se na defesa do ensino secundário em Vila Praia de Âncora.”

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que a sua intervenção prendesse daquilo que todos podem entender por coerência política, e refere que aquilo que se acabou de assistir ali hoje não os deixa como eleitos que são uma boa imagem para aquelas pessoas que ali assistem, e não é muito normal ter público nas sessões das Assembleias, mas, que hoje se tem um público manifestamente numeroso e com todo o respeito que tem pelo Senhor Presidente, o PSD tinha razão e teria sido de bom senso que as pessoas que estavam na defesa daquilo que são os seus interesses, objetivos e as suas convicções pudessem ter usado da palavra até ao final das suas intervenções, e porquê, porque foi isso que aconteceu mas de uma forma desigual, logo, aquilo que ali aconteceu não foi um bom exercício da democracia; foi uma parte direcionada ao público, e que mesmo à poucos dias realizou-se uma Assembleia Extraordinária no âmbito das comemorações do dia da criança e que a única estudante que usou da palavra nesta sessão no período de intervenção do público lhe foi cortada a palavra ao atingir os dois minutos e meio e não pôde concluir a sua intervenção para dizer aquilo que pensava, portanto, deve-se ser coerente, e se hoje se está ali é para falar sobre ensino, pelo que, é injusta a forma como aquilo aconteceu, porque estiveram ali intervenções muito interessantes, e muitas das vezes é isso que falta nas sessões das Assembleias, para que as pessoas possam usar estes órgão para explanar as suas ideias, convicções e opiniões. Disse ainda a Senhora Deputada que quando alguns Deputados vão ali dizer que não estão ali a intervir como políticos, isso não é verdade, porque todos eles são políticos, pelo que, não deve existir nenhum tipo de preconceito em se assumir ali que são políticos, quando eles foram eleitos e estão no exercício de um cargo legitimamente dado pelo povo e



Assembleia Municipal de Caminha

cabe-lhes a eles como políticos com respeito, educação e elevação poderem ali também defender as suas convicções e dizerem aquilo que pensam. Disse ainda a Senhora Deputada que o Senhor Deputado Rui Taxa da maneira que entende comenta as decisões políticas porque se ali estão foi porque convocaram uma Assembleia Extraordinária, a qual foi convocada a pedido de um conjunto de Deputados, pelo que, se entende que este é um assunto merecedor de uma atenção especial, portanto, ao tentar na discursão de esse assunto cortar tempo, isso não fica bem a ninguém, logo, a Senhora Deputado não gostou daquilo que ali assistiu hoje. Disse ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente na condução dos trabalhos é interrompido várias vezes quer pelos secretários, quer por alguns membros no sentido de uma interpelação que cabe ao Senhor Presidente a sua decisão e conduzir, logo, quando muitas das vezes fazemos interpelações à mesa é para colocar ponte de ordem, na condução dos trabalhos, porque são sistemáticas as interrupções, o que não transmite uma boa imagem as pessoas que assistem. Disse ainda em nome da coerência política a Senhora Deputada que fica satisfeita quando o Senhor Presidente chama atenção das pessoas quando se manifestam publicamente e batem palmas, porque a relembra a tomada de posse do atual executivo quando nesse momento vários Deputados do Partido Social Democrata incluindo-a foram vaiados e insultados e na condução dos trabalhos ninguém fez nada. E dando continuidade a essa coerência política disse a Senhora Deputada dirigindo-se ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro que o exercício que fez relativo a conotação da direita com o ensino privado é exatamente a mesma que se pode retirar da conotação da esquerda com a defesa do ensino público, e aquilo que a Senhora Deputada prefere é centrar-se no ensino e não na esquerda ou na direita, porque se ouviu ali falar da atribuição do dinheiro público para o privado, julga que é inequívoco para o Concelho de Caminha, para a história ali relatada por vários Deputados, é inequívoco o serviço público que a Ancorensis prestou ao longo de todos estes anos, e não é colocando o ensino público contra o privado que se vai ganhar, mas, aquilo que se deve ponderar é a



Assembleia Municipal de Caminha

qualidade do ensino e nisso está perfeitamente de acordo com a intervenção do Senhor Deputado Hugo.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, interrompeu a intervenção da Senhora Deputada Júlia Paula ao abrigo do 27.º do regimento e disse que se um eleito municipal vai falar depois outro eleito para comentar aquilo que disse, não está a discutir o ponto de ordem, portanto, cabe ao Senhor Presidente interrompe-lo naquele momento porque os eleitos municipais tem o direito de falar para discutir o ponto da ordem de trabalhos e não para comentar aquilo que foi dito pelos outros eleitos, isso é uma réplica.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que o Senhor Deputado Celestino Ribeiro fez ali uma coisa incrível, porque primeiro invocou o regimento para cortar a palavra ao público para dizer que este apenas tinha dois minutos e meio, depois no exercício da sua intervenção ultrapassou largamente o seu tempo, e agora quer a impedir de no comentário de um ponto sobre a ordem de trabalhos de usar expressões e exemplos de intervenções de outros Deputados, e pensa a Senhora Deputada que vai no sentido daquilo que é a sua intervenção.

Para terminar, disse a Senhora Deputada que aquilo que lhe interesse é falar sobre ensino e saber o que a Ancorensis representa para o Concelho de Caminha e para a maior Freguesia do Concelho de Caminha como ensino, e se o Senhor Deputado Celestino Ribeiro não está interessado, e a interrompe por concordar com alguns dos argumentos que ali usou na sua intervenção o Senhor Deputado Hugo Martins, logo, isto, não é democracia Senhor Presidente é interromper um discurso, um raciocínio é boicotar uma intervenção, porque, é este o sentido que a Senhora Deputada dá a interpelação à mesa que o Senhor Deputado Celestino Ribeiro fez, portanto, a Senhora Deputada abstêm-se de continuar a sua intervenção com este tipo de registo e de condução de trabalhos, porque aquilo que ali foi feito foi interromper a sua intervenção, a qual estava a fazer com toda a legitimidade e à qual tinha direito.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse:

“Isto não é uma guerra, apesar de existir quem queira que assim seja!

Isto é a Democracia a funcionar...separados na globalidade, mas unidos na especificidade.

Quem nos colocou no poder foi o povo, quem se assim o entender nos tirara de lá será o povo.

Por isso quero fazer aqui duas abordagens ao tema; uma global e outra mais específica ao nosso concelho.

No pós 25 Abril o Estado não teve a capacidade financeira imediata para fazer uma cobertura integral do território em termos de escola pública recorrendo portanto a privados no sentido de complementar ou suprir os níveis de oferta existentes.

Os Contratos de Associação surgiram então nessa altura e foram assinados com escolas do ensino particular e cooperativo para responder às situações de Insuficiência ou inexistência da oferta da rede pública ao nível do ensino básico e secundário. E é justamente isso que a Lei de Bases do sistema educativo e a Lei de Bases do ensino particular e cooperativo estabelece-Os contratos de Associação só deverão ter lugar onde existem carências na rede pública.

Ao que assistimos com o passar dos anos foi ao investimento na Escola pública que alargou a rede escolar ao mesmo tempo que a regressão demográfica fez diminuir o número de alunos. Assim e em vez de se cumprir a Lei, isto é, deixar de financiar novas turmas nos colégios privados onde a capacidade da rede pública era já suficiente, permitiu-se que os privados continuassem a abrir novas turmas financiadas pelo Estado.

Isto é:



Assembleia Municipal de Caminha

Há neste momento alunos em turmas de colégios privados financiados pelo Estado que podem ser recebidos nas escolas públicas poupando assim milhões de euros aos contribuintes.

É bom não esquecer que um dos objetivos do Memorando que o anterior governo se recusou a aplicar era precisamente a redução e racionalização dos Contratos de Associação.

Mas o que ainda aconteceu foi que o antigo Governo PSD/CDS no início do seu mandato, aumentou a compensação dada aos colégios privados passando as verbas de 80 para 85 mil euros por turma. Isto já era mau, mas pior ainda foi nesse mesmo período a escola pública ter sido sujeita a cortes sem precedentes com encerramento de escolas e níveis de despedimento de docentes muito para além da desculpa da troika e da demografia. Os números são incontornáveis e indiscutíveis...28 mil professores foram dispensados do sistema público de ensino...28 mil pessoas!

Entre 2011 e 2013, 109 milhões de Euros teriam sido poupados se o Memorando tivesse sido aplicado. E façamos ainda este exercício: estes 109 milhões teriam sido mais que suficientes para evitar quaisquer cortes na ação social escolar, no ensino especial, na educação de adultos ou nas atividades de enriquecimento curricular.

Temos de nos render às evidências e sermos coerentes com os princípios do Estado Social e dos princípios de Abril que tanto apregoamos! Não faz sentido pagar turmas em colégios privados quando a pouco metros exista uma Escola Pública vazia! Não há nenhuma lógica em pagar 2 vezes pelo mesmo serviço. Isto sim é um ostensivo desperdício de recursos!

Esta não é uma discussão ideológica é uma discussão de boa gestão e de políticas pública.

Na perspetiva, concelhia. Devemos refletir, nós munícipes, nós comunidade escolar... e apesar de se quererem politizar as coisas e até de uma certa forma, criar uma clivagem entre os dois vales do concelho, temos, sem sombra de dúvida, que nos unir para encontrar soluções.



Assembleia Municipal de Caminha

Que não restem dúvidas relativamente a esse ponto. O Partido Socialista foi o primeiro partido a apresentar uma Moção, por todos aprovada. O Presidente da Câmara Municipal esteve desde o primeiro momento ao lado da Ancorensis, desdobrou-se em Declarações públicas nos mais diversos órgãos de comunicação social e diga-se que a Ancorensis foi o único colégio a ser recebido na fase que precedeu a tomada de decisão.

Infelizmente, muito do discurso do PSD só tem a ver com o ataque ao Governo PS e principalmente ao Presidente da Câmara de Caminha.

Governo PSD que deixou fechar escolas!

Mas a verdade é uma...a Ancorensis vai continuar receber do Estado mais de 900 mil euros para as suas turmas de continuidade...a Ancorensis só morre se assim entenderem pois talvez seja momento de repensar-se!

Compreendemos que existem questões pessoais graves. Algumas pessoas têm familiares a trabalhar na Ancorensis. São 1 ou 2 salários a entrar em casa, mas, é preciso distinguir as coisas e também é bom não esquecer que até 2011 a Ancorensis tinha 173 funcionários. Em 2013, com a governação PSD, ficou com 78! Não me recordo nessa altura de ver o PSD tão preocupado! É preciso não escamotear as coisas! Em 2011, aqueles que hoje batem no peito não batalharam de igual forma pelo encerramento de escolas públicas e de empresas do nosso concelho!

Ao estar implementada numa zona onde há oferta pública, Escola pública de excelência a EB de Vila Praia de Âncora tem condições para acolher o 3.º ciclo e poucas serão as probabilidades de se conseguir alterar as coisas para este ciclo. Quanto ao ensino secundário...tem o Agrupamento condições para receber os alunos do secundário? Tem, mas em Caminha. Pois bem, a possível realização de obras na escola EB de Caminha pode condicionar o acolhimento de novos alunos durante os próximos 2 anos e esse poderia ser um argumento de peso para tentar conseguir um balão de oxigénio para que a Ancorensis se repense e tente encontrar outras soluções, outras valências.



Assembleia Municipal de Caminha

Em conclusão o Partido Socialista quer que o concelho de Caminha continue, se possível, ensino secundário no vale do Coura e no vale do Âncora....mas a não ser possível, quer obras e investimento na escola pública, na escola queremos participar e lutar para que a curto/breve prazo seja encontrada uma forma de financiamento que possa compensar a perda que advém da decisão de não renovar os contratos de associação. Uma solução que possa salvaguardar a instituição, os postos de trabalho de professores e funcionários.

Em conclusão, a Moção anteriormente apresentada é o espelho daquilo que o Partido Socialista pensa e daquilo que o Partido Socialista pretende, estar ao lado de todos e pugnar para que sejam encontradas soluções!"

Para terminar a Senhora Deputada Paula Aldeia, dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Taxa disse que ele tinha ali pedido a demissão imediata do Senhor Presidente da Câmara e aquilo que lhe diz é quem colocou o Dr. Miguel Alves como Presidente foi o povo e só este o poderá tirar de lá.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma interpelação à mesa, para exemplificar que a Deputada Paula Aldeia na sua intervenção usou de dados nomeadamente da sua intervenção e fê-lo muito bem, assim como ela o tinha feito, e enquanto a Senhora Deputada o fez a Senhora Deputada Júlia Paula não usou do artigo de interpelação à mesa como fez o Senhor Deputado Celestino no momento da sua intervenção porque a Senhora Deputada Paula Aldeia fê-lo com educação, e apenas usou do artigo de interpelação à mesa, quando a Senhora Deputada Paula Aldeia se dirigiu ao Senhor Deputado Rui Taxa.

Disse ainda a Senhora Deputada Júlia Paula que quando um deputado está no uso da palavra, e na sua intervenção faz alusão a outros deputados, fá-lo no sentido político, da critica o que é perfeitamente legitimo dentro dos partidos, portanto, aquilo que o Senhor Deputado Celestino Ribeiro fez está errado, e apenas o fez agora para exemplificar que aquilo que a Senhora Deputada Paula Aldeia fez está correto, desde que o faça com respeito e o Senhor Deputado Celestino Ribeiro não tem o direito de interromper uma intervenção alegando um artigo para interferir na



Assembleia Municipal de Caminha

intervenção política das pessoas, porque à pouco o Senhor Deputado a impediu de fazer a sua intervenção política e a impediu de completar o seu raciocínio.

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e de seguida disse que a sua primeira palavra vai para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o acerto que teve em marcar esta reunião em Vila Praia de Âncora, porque é importante se debater ali que deve debater um tema tão importante e difícil para a comunidade, porque é um tema que a cavalo de algum populismo e de algumas posições permite que se extreme posições, quando verdadeiramente aquela que é a obrigação de todos, enquanto decisores políticos é de encontrar soluções. Disse o Senhor Presidente que também compreende que questões substantivas as vezes sejam substituídas por questões pessoais, as quais dizem respeito a possibilidade de perda de postos de trabalho, de uma historia e de um passado que diz respeito à Ancorensis e à escola publica em Vila Praia de Âncora, compreende isso apesar de às vezes haver um excessivo calor neste debate.

Disse ainda o Senhor Presidente que vai fazer em lugar primeiro uma consideração importante para resolver já um tema, e disse que é amigo do Ministro da Educação e do Primeiro-Ministro e o facto de usaram isso de debate político e de arma de arremesso ao Presidente da Câmara é de uma indigência democrática tal que não deve ser repetida, porque isso quer dizer que ao se ser amigo, estes deviam fazer-lhe um favor num amiguismo qualquer especial, ou seja, os amigos são para as ocasiões? Ou, se discordamos, devemos deixar de ser amigos, portanto, isto diz tudo sobre a forma de fazer politica e sobre o pensamento politico democrático de quem usa contra ele. Disse ainda o Senhor Presidente que este tema e debate tem sido parcialmente uma desilusão, porque os Senhores Deputados do PSD que foram aqueles que pediram a esta Assembleia, e bem, mas, e depois de chegarem ali assiste-se a duas intervenções que são uma mão cheia de nada, é de facto muito triste, uma primeira intervenção que nada fala sobre o tema limitando-se



Assembleia Municipal de Caminha

apenas a pedir a demissão de uma série de agentes políticos do Concelho, e uma segunda intervenção de alguém que teve responsabilidades durante 12 anos no Concelho de Caminha, que é a primeira responsável de a Ancorensis hoje estar nessa situação e que nada fez enquanto estavam a ser despedidas pessoas, famílias afetadas neste Concelho no caso da Ancorensis e mesmo em outras situações em Vila Praia de Âncora, não usou uma sequer vez a palavra Ancorensis no debate, esta foi uma enorme desilusão, porque se está aqui reunido para se encontrar soluções, porque esse é o tema e o debate. Disse o Senhor Presidente que as pessoas querem esclarecimentos e é aquilo que vai fazer dentro das condições que tem para os prestar, porque este é um debate sério e aquilo que o PSD local fez foi agarrar este tema como uma tabua de salvação para poder atacar politicamente o Governo e o Partido Socialista local e não apresentaram uma solução válida para a questão da Ancorensis e de apoio as escolas todas tanto do público como do privado. Disse o Senhor Presidente que a questão global já ali foi definida por alguns deputados sobre para que servem os contratos de associação e o facto de só e apenas ter 3% dos colégios privados ou cooperativos terem contratos de associação. Disse ainda o Senhor Presidente que a crise demográfica chegou às escolas e ao País, só nos últimos 4 anos os colégios privados perderam 253 turmas por todo o país, perderam cerca 4000 alunos, isto diz respeito tanto à escola privada como ao ensino público, porque há menos alunos. E a diferença está na forma como os governos tomam as medidas; o governo anterior apoiado por aqueles que hoje batem com a mão no peito, despediu 28 mil professores no ensino público, desinvestiu na escola pública, desconsiderando-a, cortou na ação social escolar, no Ensino Especial, acabou com as novas oportunidades, na Educação para Adultos e nas Atividades de Enriquecimento Curricular e foi o PSD que começou este caminho de degradação da escola pública, e a propósito disso há afirmações como as do ex-Primeiro Ministro, Passos Coelho, que é esclarecedora: "Acabar com os contratos de associação é pôr em causa um dos poucos mecanismos que nos resta de promover a qualidade na educação", como quem diz, que a qualidade na educação fosse apenas promovida pelo incentivo no



Assembleia Municipal de Caminha

ensino publico e nos contratos de associação, rejeitando a ideia da Senhora Ex-Presidente de forma clara. Disse ainda o Senhor Presidente que o Governo tomou as medidas e foram ali explicadas do ponto de vista legal e do ponto de vista dos princípios, e a questão que se coloca agora é saber qual o impacto que isto vai ter em Caminha e em Vila Praia de Âncora, e nesta matéria o Presidente da Câmara está muito à vontade, porque desde o primeiro momento que o Partido Socialista apresentou nesta Assembleia Municipal uma posição de força que rejeitava cortes cegos, que devia ser elaborado um estudo, que demonstrava a solidariedade para com os professores, funcionários e alunos da Ancorensis sem deixar de reconhecer o trabalho de enorme qualidade do Agrupamento e repudiava o fim do 3º ciclo e do secundário em Vila Praia de Âncora e foi o PS quem apresentou essa moção a qual foi aprovada por unanimidade. Disse ainda o Senhor Presidente que quando ouve algumas criticas ou duvidas sobre o que a Câmara Municipal após esta deliberação o que tem feito, e que se tem feito pouco. E de seguida o Senhor Presidente passou a referir todos os passos que a Câmara tem realizado e disse que antes dessa Assembleia do dia 21/04, teve uma reunião com Direção da Ancorensis, na Câmara Municipal Caminha; 22/04, apresentação da Moção na Assembleia Municipal; 29/04, esteve na manifestação silenciosa, em Vila Praia de Âncora, com a presença do Presidente da Câmara; 02/05 teve uma reunião com Direção da Ancorensis, na Ancorensis; 02/05, teve uma reunião com representantes da Escola Básica de Vila Praia de Âncora, na Câmara Municipal Caminha; 05/05, teve uma reunião com Chefe Gabinete da Secretária Estado Adjunta da Educação e Adjunto do Senhor Ministro da Educação; 09/05, teve uma reunião com o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, na Câmara Municipal de Caminha; 11/05, enviou um officio ao Senhor Ministro da Educação; 19/05, teve uma reunião com Ancorensis, na Câmara Municipal Caminha; 20/05 recebeu por parte da Ancorensis, dos documentos entregues à Chefe Gabinete da Secretária Estado Adjunta da Educação; 20/05, recebeu também por parte do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, de dois abaixo-assinados em defesa da escola publica; 20/05 foi tornado público a decisão do Ministério da Educação através dos meios



Assembleia Municipal de Caminha

de comunicação; 20, 21 e 22 de maio desdobrou-se em tomadas de posição publica em defesa da especificidade da Ancorensis e do modo em como aquela decisão afetava a Ancorensis e esteve na Comunicação Social como na RTP, SIC, TVI e Expresso como um dos autarcas que contestava algumas das soluções apresentadas pelo Governo da Republica; 23/05, às 12h15 esteve numa reunião com o Presidente da Ancorensis, na Câmara Municipal de Caminha; 23/05, às 18h00 esteve numa reunião com a Direção da Ancorensis, na Câmara Municipal Caminha; 25/05 esteve numa reunião com Sindicatos do pessoal discente; 27/05, esteve numa reunião com o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, na Câmara Municipal Caminha; 31/05 houve uma vigília em Vila Praia de Âncora, com a presença do Vice-Presidente; 03/06 houve a declaração publica que tomou na ultima Assembleia Municipal Extraordinária, das Crianças e Jovens e por todo isto está completamente à vontade nesta matéria. Disse ainda o Senhor Presidente que repudia de forma absoluta o ataque sues que foi feito ali ao Senhor Vereador da Educação pelo Senhor Deputado Rui Taxa, um ataque sues porque a Câmara Municipal está mobilizada e tem um líder e esse líder é o Presidente da Câmara o qual responde por todos os Vereadores e o Senhor Vereador da Educação está presente e solidário em todos os momentos, portanto, a Câmara falou, reagiu, não se calou e fê-lo de uma forma muito mais alta que alguns esconderam durante anos e que agora põe “o rabinho de fora”. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara também esteve presente através da voz do seu Vice Presidente Guilherme Lagido, e frisa o Senhor Presidente que em tempos se dizia que quem se mete com PS leva, mas, quem se mete com os seus Vereadores que trabalham afincadamente para que as coisas possam correr bem no Município e neste caso em particular unidos em torno de um problema grave do Concelho também pode estar preparado para levar, politicamente falando; e termina este ramalhete o Senhor Presidente que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também foi atacado mais uma vez por causa de alguns insultos que houve de facto na tomada de posse deste executivo e na verdade esses insultos não são adequados ao exercício de uma democracia sadia, mas, o Senhor Presidente tem sido atacado



Assembleia Municipal de Caminha

sistematicamente com uma mentira que mais uma vez foi ali repetida pela Senhora Deputada Júlia Paula , mas, quem estava a dirigir os trabalhos era o Dr.º Francisco Sampaio que por acaso era o Presidente da Assembleia Municipal na altura e não o Eng.º Luis Mourão uma vez que ainda não tinha tomado posse do cargo, e por isso refere o Senhor Presidente tranquilamente que a Câmara envolveu-se de corpo inteiro neste debate, deixando claro o posicionamento do Município, e até diria mais, se não fosse a deliberação da Assembleia Municipal e a intervenção da Câmara Municipal, este assunto estava encerrado. Disse o Senhor Presidente que a direção da Ancorensis e alguns dos seus protagonistas (não todos) tem estado ao lado do executivo, com paciência, mas com sentido de Estado, todos sabem que é necessário encontrar respostas, a Ancorensis sabe que as respostas não podem ser dadas pelo Presidente da Câmara, porém, o posicionamento da Ancorensis a lidar com a Câmara Municipal para se encontrar soluções e para se definir a estratégia que cada um segue tem sido de facto de sublinhar. Disse ainda o Senhor Presidente que os comunicados partidários e radicais de algumas associações prejudicaram muito porque, anunciaram a morte da Ancorensis. Prejudicaram e muito, desmobilizaram, retiraram confiança ao nosso posicionamento, enfraqueceram-nos em termos negociais e fizeram com que muita gente fosse empurrada para a incerteza, gerando por parte de Lisboa que o assunto já estaria resolvido. Disse também o Senhor Presidente que nesta matéria, o PSD tem estado sempre do lado errado da discussão, e no ano letivo de 2010/2011 a Ancorensis tinha 90 professores e 83 pessoas não docentes, ou seja, 173 trabalhadores, no ano letivo de 2013/2014, a Ancorensis arrancou o ano com 78 trabalhadores, menos 100 praticamente e hoje tem 71 trabalhadores, e pergunta o Senhor Presidente, onde andou o PPD/PSD local no último mandato autárquico, quando era poder, quando tinha influência, quando estavam no Governo e o que fez para impedir o despedimento de 100 trabalhadores da Ancorensis? Onde esteve? Nada fez, nada mexeu, nada conseguiu. Disse o Senhor Presidente que durante o período de governação do PPD/PSD, entre 2011 e 2015, foram despedidos 28 mil professores, fecharam escolas por todo o Concelho, foram



Assembleia Municipal de Caminha

despedidas pessoas no Concelho de Caminha de todas as escolas, a obra de qualificação da Escola Secundária de Caminha foi mandada parar e o que é que se ouviu do PPD/PSD? O que fez? Nada. Quando o Governo PPD/PSD arrumou com o projeto Novas Oportunidades, que financiava o ensino de adultos na Ancorensis e continuaria a financiar, o PPD/PSD local nada disse prejudicando diretamente a Ancorensis, contribuindo para os despedimentos que aconteceram e para a situação atual. Agora, em vez de ser útil, em vez de se juntar com racionalidade aos argumentos que podemos discordar com eles, mas, que lutam pela qualidade do ensino no Concelho, em vez de carrear bons argumentos, decidiu que esta era uma oportunidade para atacar o Governo PS e a Câmara Municipal de Caminha, em particular o seu Presidente. E enquanto existia estes discursos demagógicos a Camara e a Ancorensis continuaram a trabalhar e foram ao Ministério falar das especificidades do Concelho. O Ministério ouviu-nos, ouviu o Agrupamento e decidiu. A decisão veio mal. Podíamos ter sido informados de outra maneira, não por um telefonema. Daí, reagiu o Senhor Presidente com todas as forças e capacidade de reação pública que tinha, tentando distinguir o caso da Ancorensis do contexto Nacional. E aquilo que tem exigido ao Governo? Foram essencialmente quatro coisas, que seja reavaliada a decisão relativa ao não financiamento das turmas do 10º na Ancorensis enquanto durar pelo menos a perspetiva e a existência de obras na Escola Básica e Secundária Sidónio Pais de Caminha. E esta é uma batalha que já vem de trás. O Senhor Presidente teve a oportunidade de verificar que a questão da realização de obras no Secundário não estava a ser tida em conta devidamente, e a duvida que a Câmara coloca é que se no contexto da realização de obras, se a escola secundaria tem a capacidade de receber os alunos do secundário que hoje estão no Vale do Âncora, e esta matéria foi alvo de ofício ao Senhor Ministro que hoje vai ser distribuído por todos, para que não haja duvidas sobre o posicionamento da Câmara Municipal, e hoje recebeu-se a resposta do Ministério da Educação que também será distribuída. Quanto a esta questão em particular o Senhor Presidente acha que o Município tem toda a razão em recear uma rapidez excessiva numa movimentação de alunos para o



Assembleia Municipal de Caminha

secundário em Caminha, por causa destas obras que podem obrigar a que salas, laboratórios, cantinas, não tenham capacidade para receber os alunos, mas, até hoje, não recebeu nenhum gesto de sensibilidade por parte do Ministério da Educação. Disse o Senhor Presidente que rejeita em absoluto que esta questão afete, de qualquer maneira, o investimento que há muito devia ter sido feito na Escola Básica e Secundária de Caminha, referindo que estava previsto no anterior governo PS para uma quarta fase e foi o PPD/PSD quem fez ruir essa possibilidade, não quis as obras na escola de Caminha uma escola com 35 anos, e o PPD/PS vetou esta obra a nível nacional e o PSD local calou-se, logo, a intervenção na Escola Básica e Secundária de Caminha não pode ser afetada por esta decisão, referindo o Senhor Presidente que esta batalha em principio será vencida e que uma questão está desligada da outra.

Disse ainda o Senhor Presidente que o Município defende para que o 3.º ciclo se mantenha em Vila Praia de Âncora, na EB, exigindo investimento adequado que permita que os alunos do 7º ano sejam recebidos com mais e melhores condições e julga o Senhor Presidente que haverá esse investimento já no verão. Disse o Senhor Presidente que nessa matéria tem que se compreender que existe uma perspetiva por parte do Governo e julga que não será alterada, portanto, julga o Senhor Presidente que o Governo tomou uma decisão e acha que já não será alterada e o executivo compreende que existe o equipamento, o investimento, e professores e dentro daquilo que foi aprovado pelo Governo acontece esta questão.

Disse ainda o Senhor Presidente que se tudo falhar relativamente à questão de um período de carência de dois anos relativamente à passagem dos alunos do secundário para Caminha, tem que se solicitar para que possam ser encontradas alternativas diferenciadas de serviços de âmbito educativo e formativo que permitam a sustentabilidade da Ancorensis, nomeadamente quanto aos seus trabalhadores, porque este é o dever de um Presidente de Câmara ao olhar para o ensino público e perceber também o trabalho e os postos de trabalho que existem na Ancorensis e por isso, o executivo tem que encontrar uma formula financeira



Assembleia Municipal de Caminha

que permita à Ancorensis a curto respirar, para que possa tomar medidas sem esta pressão terrível, e são estas as exigências que o executivo propõe ao Governo e de acordo com a carta de resposta que foi enviada ao executivo pelo Ministério da Educação, parece que no âmbito do projeto Qualifica quer abrir uma porta de solução que faz sentido. E porque, faz sentido? Porque cerca de 54% da população do concelho inscrita no Serviço de Emprego não tem sequer a escolaridade do Secundário e esse número é de 61% no contexto do distrito de Viana do Castelo. Porque o financiamento nesta parte não depende da origem geográfica, não tem a mesma dependência das turmas do ensino corrente, portanto, a criação de um polo de atração, e até pode ser a nível distrital, este novo polo, pode ajudar a encontrar financiamento alternativo e terá que ser trabalhado e também aceite e querida pela Ancorensis e esta é a solução que no momento se está a agilizar e a trabalhar.

Disse ainda o Senhor Presidente que não é fácil porque a Ancorensis em termos latos com o final de financiamento das turmas de início de ciclo perde cerca de 400 mil euros lato senso e o estado assegura para o próximo ano um financiamento na ordem de 885 mil euros, logo, aquilo que se tem que fazer é encontrar uma solução entre o financiamento que vai receber do estado e aquele que recebia antes, para poder garantir que pelo menos a curto prazo a Ancorensis possa sobreviver e reinventar-se, e o Senhor Presidente acredita que a Ancorensis tem capacidade e possibilidade de se manter e de manter os seus funcionários e os seus professores, e este é um tema que merecerá o debate e a intervenção de todos e da Ancorensis.

Disse ainda o Senhor Presidente que o recuo demográfico é tal em Portugal, na Europa e no Concelho de Caminha que nos próximos anos haverá escolas secundárias públicas e privadas a fechar em Portugal. Porque se já tem vindo a fechar as primárias; Em todo o Concelho torna-se fácil de fazer as contas para aquilo que pode vir a acontecer e ninguém pode garantir, com total certeza, que daqui a 10 anos haja ensino secundário no concelho de Caminha. Ninguém!



Assembleia Municipal de Caminha

Em resumo, disse o Senhor Presidente que esta é uma discussão sobre valorização da escola pública, sobre os professores, funcionários e alunos da escola pública, sobre a importância social da igualdade de oportunidades, sobre a eficiência no uso dos recursos do Estado. E é uma discussão sobre a Ancorensis e sobre o seu papel e sobre a capacidade de intervenção na Ancorensis, sobre aquilo que reside em termos de dinâmica da própria comunidade do Vale do Âncora e dos postos de trabalho que dizem respeito aos trabalhadores da Ancorensis e estas questões são fundamentais e tem estas particularidades como a questão das obras na Secundária, sobre a necessidade de manter o 3º ciclo em Vila Praia de Âncora com reforço de qualidade, sobre problema do secundário, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre os dois Vales, a necessidade de preservar os postos de trabalho da Ancorensis, sobre a importância de encontrar alternativas não concorrenciais para a Ancorensis, que possam também servir o Concelho, ser uma boa notícia para Vila Praia de Âncora. Disse ainda o Senhor Presidente que no meio da vida das pessoas, dos seus empregos, de um debate que diz respeito ao dia a dia e ao futuro das famílias é importante que se possa distinguir o essencial, e o essencial hoje é que se está perante uma decisão para a qual se tem capacidade de reagir, tem-se os meios legais e a Ancorensis assim o tem feito, tem-se os meios políticos e a Câmara tem-se batido dentro daquilo que são as decisões desta Assembleia Municipal e tem que se ter a capacidade de se perceber que a escola pública e a qualidade da escola pública no Concelho de Caminha não pode estar fora deste debate, porque a obrigação da autarquia é olhar para as questões, mas, também para o panorama geral combatendo aquilo que é necessário fazer para manter uma escola de qualidade no Concelho.

Disse por fim o Senhor Presidente que da parte do executivo e porque não pode prometer resultados, o que pode dizer à Assembleia é que continuarão a lutar nas linhas que anunciou para que a Ancorensis se possa manter viva, por um lado, mas que todo o sistema educativo, especialmente o Público que apoiamos com mais de 1 milhão de euros por ano, para que possa continuar a ser uma referência nacional



Assembleia Municipal de Caminha

salvaguardando também os seus postos de trabalho e valorizando a nossa terra, e serve-se, por isso, das palavras do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa que recomendou, e citou "paciência e espírito democrático. Tudo demora o seu tempo e, naturalmente, continuo com a mesma esperança que tinha há uns dias atrás", fim de citação, e esta é a esperança que ali quer transmitir o Senhor Presidente, que está alicerçada no trabalho que se tem vindo a fazer para tentar explicar como uma decisão pode afetar a nossa comunidade e como se tem que encontrar soluções a curto prazo, mas sobretudo a longo prazo para se poder resistir enquanto comunidade aos problemas que o Concelho tem.

A Senhora Deputada Júlia Paula, fez um pedido de esclarecimento, e disse como tinha referido que iria estar muito atenta à intervenção do Senhor Presidente, gostava de prestar os seguintes esclarecimento e disse a Senhora Deputada que não tem qualquer receio em debater com o Senhor Presidente qualquer tema ou assunto, mas, quem define a sua agenda política é ela, e falo-a quando bem o entender quando for oportuno no fórum próprio e essencialmente com tempos e metodologias iguais. Disse ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente e parafraseando a sua expressão que é perito em pôr o rabinho de fora e foi aquilo que falou, porque, o Senhor Presidente falou de tudo menos do essencial, fez exatamente aquilo que criticou ao PSD, levando a discursão exatamente para o debate político partidário e chamou de amiguismo uma coisa que na política se chama influência, proximidade e na verdade o Senhor Presidente é próximo e é próximo politicamente de pessoas que no momento tem capacidade de decisão. Disse ainda a Senhora Deputada ao Senhor Deputado Celestino Ribeiro que para quem conhece bem a história da Ancorensis, que esta escola e cooperativa esteve muito conectada com a CDU e nessa altura não se ouviu falar ou discutir sobre os ordenados dos gestores, nem sobre pruridos da questão do ensino privado ou do financiamento público para o ensino privado. Disse ainda a Senhora Deputada que parafraseando e voltando às questões de desviar o essencial para o acessório, e aquilo que o Senhor Presidente disse foi que teve xis reuniões, xis encontros,



Assembleia Municipal de Caminha

esquecendo-se que quando andava ainda em campanha eleitoral utilizou varias vezes uma verdade que é uma verdadeira mentira e repetida varias vezes neste órgão de que a Senhora Presidente da Câmara de Caminha em que na altura estava no Governo o Eng.º Sócrates, fechou a “Mourassos” e a “Regency” com 25 anos de historia no Concelho, disse qua a culpa era da Presidente da Câmara de Caminha, mas, a culpa de essas duas empresas terem fechado foi do Governo de então ao ter tomado uma série de medidas por causa da crise que vivia, mas, agora a decisão da eventual encerramento da cooperativa Ancorensis é uma decisão concreta do seu Governo que aqui o Senhor deixou bem claro que não está numa posição de Presidente da Câmara, pois está a defender aquilo que foram as decisões do Partido Socialista, o qual nem foi eleito, está lá porque quer e agora todos aguardam que faça melhor, porque o que fez, foi decidir não cumprir os contratos que estavam assumidos e é por não cumprir essa decisão que a cooperativa de ensino Ancorensis e outras se encontram nesta situação e a verdade dos factos foi que aquilo que aqui disse o Senhor Presidente é que a agonia da cooperativa Ancorensis vai ser maior, mas a conclusão vai ser o encerramento. Disse ainda a Senhora Deputada que quando as 100 pessoas que ficaram desempregadas não aconteceu apenas no Concelho de Caminha, aconteceu no país todo, mas, é infelizmente para o Concelho no seu mandato, no seu Governo que a Ancorensis, cooperativa de ensino vai fechar e ainda vem dizer que isto é um discursão político partidária, mas, isto só acontece porque existem partidos que estão no Governo a tomar decisões, e nós como cidadãos eleitos temos o direito e obrigação de criticar e de tomar posições, portanto, o Senhor escusa de desviar as atenções, porque este é um problema do Senhor e não meu porque já não sou Presidente da Câmara, porque, estive lá durante 12 anos e responde por aquilo que fez, portanto, reitera aquilo que tinha dito, que não tem problema nenhum em discutir com o Senhor Presidente qualquer tema ou assunto em igualdade de circunstancias. Disse ainda a Senhora Deputada que se a Ancorensis encerrar é mal para o Concelho e para o Vale do Âncora e para o



Assembleia Municipal de Caminha

ensino seja ele público ou privado e é com uma decisão do Governo do Senhor Presidente e com o seu mandato que isto acontece.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse à Senhora Deputada ausente que quando se diz que a seriedade deste debate deve ser em fóruns próprios, que não sabe que outro fórum exista mais próprio que este, pois é uma Assembleia Municipal, convocada pelo PSD para o efeito, ou seja, para debater este tema. Disse ainda o Senhor Presidente, quanto à influencia e proximidade, julga que tudo está dito sobre o pensamento político da Senhor Deputada Júlia Paula, quando são amigos têm que resolver a vida uns aos outros, e se não se resolve a vida uns aos outros, então, deixa-se de ser amigos e manda-se para uma unidade de queimados qualquer que se encontre. Disse também o Senhor Presidente que é extraordinário a sagesa do pensamento político que diz o seguinte, "Se a Ancorensis fechar a culpa é do Presidente da Câmara, mas, as 100 pessoas que a Ancorensis foi obrigada a despedir nos últimos dois anos em virtude das decisões do Governo; A culpa aí será da Ancorensis? Provavelmente. Disse o Senhor Presidente que está difícil de perceber que as decisões que vem sido tomadas ao longo dos anos que tem castigado a Ancorensis e no caso em particular dos 100 despedimentos que foi obrigada a fazer desde 2011 até 2013, a Câmara Municipal e a Senhora Presidente da altura nada disse, não teve uma palavra de solidariedade nem um gesto para com esses desempregados, portanto, é que por detrás deste registo que alguns já tinham esquecido, este maternalismo na explicação, este bater no peito tão sonoro, é que a verdadeira afirmação política está frase final, e quando refere que este é um problema seu, mas, este é um problema de todos em que todos tem que assumir e encontrar soluções. Disse ainda o Senhor Presidente que não é ir ali dizer que rejeitam esta solução, e dizer que se quer o regime de exceção, isso é muito curto para quem de facto quer apresentar uma solução para a Ancorensis e para o ensino público do Concelho de Caminha e é curtíssimo, minúsculo, para quem teve responsabilidades políticas máximas na autarquia durante 12 anos.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a votação a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Rui Taxa, a qual foi rejeitada com 16 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez um pedido de esclarecimento ao abrigo da alínea g) do art.º 25 do Regimento, e disse que já não é a primeira vez que o Senhor Presidente na sua ausência cita o seu nome a propósito da sua saída da sala, e disse a Senhora Deputada que para além de ser um direito de poder sair da sala, é uma indelicadeza falar das pessoas quando essas não estão presentes, portanto, não pactua com este tipo de factos.

De seguida a Senhora Deputada prestou a seguinte declaração de voto e disse que votaram esta proposta favoravelmente, porque conforme a apresentação da proposta demonstra o PSD não estabelece nesta Assembleia lutas políticas partidárias, apresenta propostas que são construtivas e que significam alguma coisa e se elas são rejeitadas neste órgão pela maioria as consequências políticas dessa rejeição, como é natural serão julgados no momento certo, que será nas eleições.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, leu a seguinte moção:

“O estudo de Análise de Rede de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação tornado público no passado dia 20 de maio, fundou a decisão de não financiamento de todas as turmas de início de ciclo em 39 escolas, pelo financiamento parcial em 19 escolas e pela manutenção da situação atual em 21 escolas dos 79 estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de todo o país, de acordo com o Aviso de Abertura de Procedimento para Celebração de Contratos de Extensão de Contratos de Associação existentes da Direção-Geral da Administração Escolar.

A decisão afeta diferentes concelhos, e o de Caminha em particular, uma vez que foi decido, de acordo com os critérios do referido estudo, que não será celebrado contrato de associação entre o Ministério da Educação e a Ancorensis Cooperativa



Assembleia Municipal de Caminha

de Ensino para financiamento das turmas de 7º e 10º anos, ou seja, mantém-se o financiamento para os alunos do 8º, 9º, 11º e 12º de acordo com os contratos de associação em vigor mas já não se subscreverá contrato de associação para os alunos de novas turmas de início de ciclo (no caso da Ancorensis, 3º ciclo e secundário).

As razões desta decisão prendem-se com fatores que o estudo elenca na sua caracterização metodológica e com a informação prestada pelo Agrupamento de Escolas Siciónio Pais que confirma a existência de oferta pública suficiente para albergar as turmas não financiadas.

Considerando:

Todo o exposto e conhecido até à data, tendo em conta as tomadas de posição públicas do Ministério da Educação, Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Ancorensis Cooperativa de Ensino, Assembleia Municipal de Caminha, Câmara Municipal de Caminha, Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, associações de pais, um abaixo-assinado de professores e funcionários do Agrupamento de Escolas, um abaixo-assinado de professores e funcionários da Ancorensis e outros posicionamentos relevantes publicados;

As razões que se prendem com a qualidade de ensino no nosso concelho, com a criação de condições de valorização da escola pública, por um lado, mas também do ensino complementar da rede pública que outras instituições, designadamente a Ancorensis, prestam e têm capacidade para continuar a prestar;

Que as decisões que se tomarem sobre esta matéria afetam de forma direta centenas de famílias da nossa comunidade, a coesão concelhia, a qualidade de todas as nossas escolas e inúmeros postos de trabalho de professores, funcionários das escolas, trabalhadores municipais e outros ligados ao comércio das zonas de implantação escolares;

Tendo ainda, como garantia pública, a abertura do Ministério da Educação para corrigir erros que possam ser evidenciados ou para encontrar alternativas que possam ser implementadas;



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão extraordinária no dia 9 de junho, em Vila Praia de Âncora, delibera:

- 1 - Saudar a qualidade da escola pública no concelho de Caminha, os seus professores, educadores, auxiliares e alunos, bem como o esforço das famílias e da comunidade que contribuem para um ensino de referência com os excelentes indicadores que vêm sendo tornados públicos nos últimos anos;
- 2 - Reconhecer o papel de décadas da Ancorensis — Cooperativa de Ensino na formação de jovens e adultos no nosso concelho, em particular do Vale do Âncora, a capacidade demonstrada ao longo dos anos no complemento da oferta da rede pública e o sucesso do seu trabalho, marcado pela dedicação e qualidade dos seus professores, funcionários e alunos;
- 3 - Defender, junto do Ministério da Educação, que seja reavaliada a decisão de não financiamento das turmas de início de ciclo do secundário na Ancorensis tendo em perspetiva a realização de obras de qualificação da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, em Caminha, previstas para 2017 e, eventualmente, para 2018, que certamente afetarão o normal curso das aulas quanto a disponibilidade de salas, laboratórios, refeitórios e de outros espaços, diminuindo a capacidade do equipamento para receber ainda mais alunos enquanto as obras decorrem;
- 4 - Exigir que, a confirmar-se a criação de turmas de início do 3º ciclo na Escola Básica de Vila Praia de Âncora, seja a decisão acompanhada de investimento adequado no edificado e no material escolar disponível que permita, nas melhores condições, receber os novos alunos e incrementar a qualidade do ensino ministrado;
- 5 - Solicitar, face às circunstâncias, que entre o Ministério da Educação, Câmara Municipal e Ancorensis possam ser encontradas alternativas diferenciadas de serviços de âmbito educativo e formativo, não disponibilizados pela escola pública no concelho de Caminha, diminuindo os impactes sobre as classes trabalhadoras da Ancorensis Cooperativa de Ensino;



Assembleia Municipal de Caminha

6 - Mandatar e manifestar toda a confiança na Câmara Municipal de Caminha para evidenciar, negociar e exigir o deliberado, numa perspetiva de reforço da qualidade de ensino e manutenção do 3º ciclo e do ensino secundário no Vale do Âncora.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, disse que esta moção, só no seu segundo paragrafo é a morte imediata da Ancorensis e não concorda com isso. Disse o Senhor Deputada que é o oposto aquilo que eles ali apresentaram e por isso votam contra.

A presente moção foi aprovada com 20 votos a favor, 12 votos contra e 13 abstenções.

O PRESIDENTE DA MESA agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H30M, do dia 10 de junho de 2016, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)